

tom_UFPR_v2, n.º 4, 2016 - Dezembro

O mar como fronteira,

O mar como barreira

tom ufpr

TOM UFPR é uma publicação de **periodicidade semestral** dedicada à arte e à cultura produzida pela Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná.

Universidade Federal do Paraná

Reitor Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor Rogério Andrade Mulinari

Pró-Reitora de Extensão e Cultura Deise Cristina de Lima Picanço

Coordenador de Cultura Ronaldo de Oliveira Corrêa

ISSN 2448-136X

Equipe TOM UFPR

Autor Corporativo Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná. **Endereço** Travessa Alfredo Bufrem_140_3ºAndar_CentroCEP80020040_Curitiba_PR

e-mail tomcadernodeensaios@ufpr.br

Telefone (41) 3310-2832

Editor Ronaldo de Oliveira Corrêa

Coordenação editorial Patrícia Guilhem de Salles

Curadoria Aline de Oliveira Gonçalves, Dafne Wandressa Salvador, Etienne Vaccarelli, Luiz Eduardo Geara, Maurício de Souza

Projeto gráfico Eduardo Zmievski (bolsista)

Imagens Eduardo Zmievski (bolsista)

Textos Bárbara Tanaka (bolsista); Bruna Emanuela Vacelkoski (bolsista); Fernanda Lopes (bolsista); Lucas Politano; Marcelo Hoff; Tiago Volpato

Colaboradores convidados Ana Elisa Freitas, Ana Josefina Ferrari, Bruna Portela, Carla Beatriz Franco Ruschmann, Chico Farro, Dafne Wandressa Salvador, Evandro Cardoso do Nascimento, Etienne Vaccarelli, João Paulo de Melo Portes, Juliana Quadros, Loide Sulamita Mendes, Marcel Fernandes, Marcos de Vasconcellos Gernet.

Revisão Rebeca Pinheiro Queluz

Tradução (espanhol) Fernanda Lopes (bolsista)

Periodicidade Semestral

Endereço eletrônico issuu.com/tom_ufpr

e-mail tomcadernodeensaios@ufpr.br

Telefone (41) 3310-2832

Foram feitos todos os esforços para identificar os proprietários de direitos autorais. Qualquer erro ou omissão accidental pedimos, por favor, que comunique a equipe do TOM UFPR para as devidas providências.



Primeira Nota
08

Apresentação
10

Transitâncias
18

– Da Terra para o Mar e do Mar para a Terra: Barrancos Pontal do Paraná, PR **20**

– A Poética do Belo Caminhar: arte, ecologia, resistência e narrativa Mbyá Guarani **36**

Batuva: seu Arquivo e sua Memória **48**

Errâncias Verbais
74

– Um Lanço na Praia do Miguel **76**

– A Cultura Popular Chega ao Litoral: exposição “Saber, Fazer e Celebrar a Vida” no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR **82**

– Sambaquis: importantes testemunhos da história e da cultura no Litoral do Paraná **98**

118 Errâncias Visuais

– Errâncias Visuais... “o mar como fronteira... o mar como barreira” **120**

– Redescobrimo o Litoral: uma nova fronteira **146**

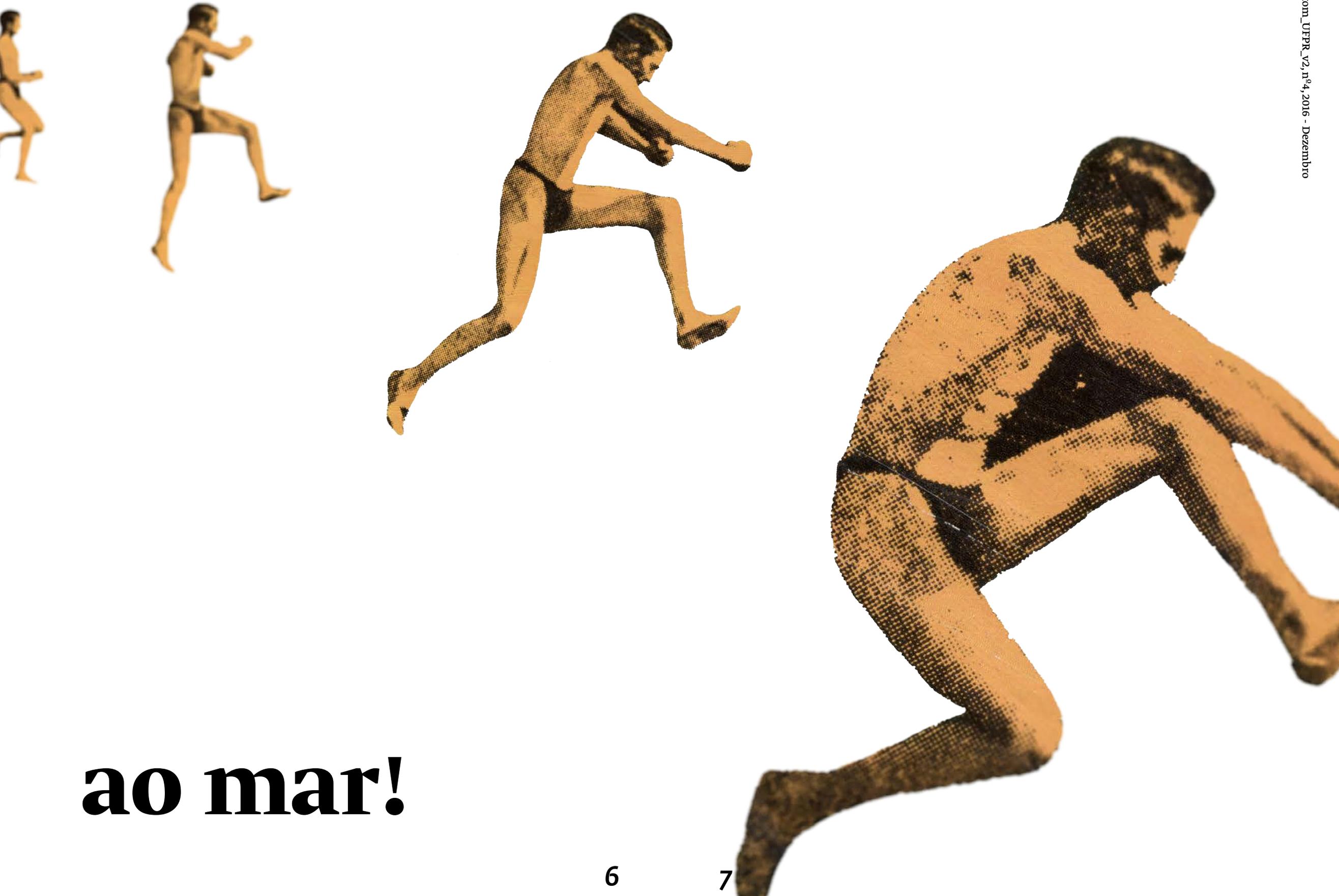
Dar o TOM

– entrevista com Gedivaldo de Amorim **180**

Notas Dissonantes
188

Páginas Amarelas
208

sumário



ao mar!

PRIMEIRA NOTA

Equipe TOM#4

O TOM#4 é resultado de mais um desafio assumido pela equipe da Coordenadoria de Cultura, a saber, garantir a participação dos outros setores e unidades da UFPR na proposição de perspectivas diversas, situadas e relacionadas com o local para o tema da cultura e da arte.

Nesse sentido, fazemos parte de um projeto maior, que tem como premissa entender a arte e a cultura como meio para fortalecer e dar condições para a consolidação de direitos como a igualdade, a diversidade e a cidadania. Um projeto que simboliza o trabalho conjunto, a solidariedade e a gratidão: Mutirão, mais cultura na UFPR.

Essa edição conta com a curadoria de uma equipe de técnicos do Setor Litoral da UFPR que propuseram como tema para o Caderno o Mar. Esse encarado como fronteira, mas também como barreira. Ao propor o deslocamento físico para o litoral, temos o compromisso com a errância não somente visual, mas também física. Buscamos, no fim, movimentar a nós e aos leitores e leitoras para, nesse movimento, encontrar com outros textos, imagens e leitores e leitoras.

A proposta da equipe de curadores – as fronteiras e barreiras – provocou vários deslocamentos no processo de pensar, produzir e executar esse número. Entre tantos, destacamos o trabalho com uma equipe de curadores, que atuaram em consonância com a equipe do TOM, apesar da distância, dos desencontros de comunicação, da impossibilidade de reuniões mais intensas; e os tempos para a organização e encaminhamentos que foram negociados de acordo com os ritmos das equipes e colaboradores, estabelecendo outros calendários.

Notamos que a experiência adquirida nos números anteriores foi desconstruída quase que totalmente e a novidade que veio dar na nossa praia trouxe a oportunidade de modificar a atmosfera, os jeitos de construir o design editorial do Caderno. Esse número é composto por ilustrações e gravuras realizadas especialmente para as páginas do TOM que será um MAR.

Agora, com a tranquilidade de quem realizou a primeira viagem, podemos dizer que valeu! Valeram a pena os encontros e desencontros, as horas de conversa e trocas, as mensagens achadas e outras perdidas, o tempo de espera e o tempo de caminhada.

Nossa certeza é que estar em movimento e em diálogo nos mobilizou e construiu o desejo de ir ao encontro dos outros parceiros de viagens e, nessas, ir contando, registrando e imaginando outros territórios, paisagens e cadernos!

Apresentação

Assim que aceitamos realizar a curadoria desta edição do *TOM Caderno de Ensaio #4*, não tivemos dúvida de que o tema deveria ser o litoral paranaense, com suas nuances culturais, ambientais, políticas e econômicas. O passo seguinte, e tão importante quanto o anterior, foi consensuar o mote que apresentariamos aos autores convidados para sular suas produções. Assim, tal qual as ondas, ideias vieram e foram, e desse movimento surgiu a proposta “O mar como fronteira, o mar como barreira”, na intenção de provocar os autores convidados a expressarem seus olhares sobre a diversidade de territórios que compõem os municípios da região, especialmente sobre regiões em que contrastes expõem, ao mesmo tempo, a história e a atualidade, tendo o mar como elemento articulador.

Dessa forma, propôs-se a feitura de textos que contivessem uma visão singular sobre alguns aspectos que distinguem o território litorâneo, por isso, os autores deste número foram, por um lado, provocados a mostrar, refletir e problematizar aspectos da cor local e iniciativas de cunho cultural do litoral paranaense e, por outro, convidados a homenagear a natureza, as particularidades, os traços e as tradições do litoral do Paraná lançando mão de textos verbais e visuais.

Assim, foi possível registrar a expressão de artistas locais ao lado do olhar de acadêmicos que vivenciam cotidianamente o litoral paranaense. Com isso, pretendeu-se mostrar um pouco do mosaico de culturas, formas de vida e potencialidades econômicas presentes na região, na qual é possível encontrar algumas das principais reservas naturais do país, ao lado de centros urbanos, balneários de veraneio, vilarejos, comunidades tradicionais e quilombos. Os ensaios apresentados nesta edição formam, assim,

uma pequena cartografia do litoral paranaense, que busca menos a exatidão e mais a autenticidade.

Na seção Dar o Tom, vamos conhecer Gedivaldo Amorim, um legítimo caçara morador da comunidade Parati, de Guaratuba. Na conversa com a jornalista Dafne Salvador, Gedivaldo, que é aluno do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR, conta-nos um pouco de sua história, de seu trabalho como barqueiro e pescador, do local onde vive desde que nasceu e o desafio que é conciliar família, trabalho e estudo morando em lugar que, por um lado, tem uma natureza exuberante, como leitor poderá conferir nas imagens de William Leal Colaço Fernandes, que ilustram a seção, mas que, por outro é isolado, cujo acesso se dá apenas de barco.

Na seção Errâncias Verbais, o texto “Sambaquis: importantes testemunhos da história e da cultura no litoral do Paraná”, de Marcos de Vasconcellos Gernet, traz ao leitor a temática dos sambaquis – locais constituídos a partir da deposição de conchas e moluscos por populações indígenas que habitaram regiões costeiras de todo o mundo, criando acúmulos artificiais de restos de alimentação. Além disso, Gernet apresenta e homenageia o pesquisador e professor da UFPR João José Bigarella (1923 – 2016), que realizou o principal trabalho de mapeamento de sambaquis no Paraná e dirigiu esforços para a preservação desses sítios arqueológicos, de modo que ainda hoje encontramos sambaquis no cenário litorâneo, possibilitando que nós e as próximas gerações conheçam mais e, quiçá, ajudem a preservar esse importante componente da pré-história paranaense.

Pesca coletiva da tainha, patrimônio histórico e cultural do litoral do Paraná. Este é o tema do ensaio “Um lanço na Praia do Miguel”, de Evandro Cardoso do Nascimento e Loide Sulamita Mendes, presente na seção Errâncias Verbais. Nele, os autores contam como cerca de 40 pescadores e pescadoras da Vila de Encantadas realizam o lanço da tainha na Praia do Miguel, na Ilha do Mel, durante os meses de inverno. Com regras historicamente construídas, pescadores e pescadoras consideram que essa atividade vai além da questão econômica, pois fortalece laços de amizades e mantém a tradição da comunidade. Essas e outras informações, como a função exercida no lanço por cada pescador e pescadora, o leitor encontrará nessa narrativa leve e, ao mesmo tempo, forte, na qual se expõe a relação de intimidade que esses trabalhadores e trabalhadoras do mar têm com o ambiente natural onde vivem e de onde tiram o seu sustento econômico, social e cultural.

Os saberes, fazeres e a vida no litoral é o tema do terceiro ensaio dessa seção de autoria de Bruna Portela, historiadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. O texto trata da exposição sobre cultura popular que inaugura no MAE – UFPR em dezembro. Bruna faz um panorama sobre as práticas e os modos de vida no litoral, fazendo a relação entre eles e a exposição apresentada no Museu.

Já na seção Errâncias Visuais, o ensaio fotográfico de Carla Ruschmann propõe a construção de narrativas visuais a partir do mote desta edição do TOM Caderno de Ensaio #4: O mar como barreira, o mar como fronteira, nas quais as imagens impregnadas de percepção poética do mar, aliadas a palavras soltas, possibilitam ao leitor a construção de significados diversos. As imagens selecionadas neste ensaio são o resultado de uma década de, nas palavras da artista e professora da UFPR, “residência, vivências e explorações” no litoral do Paraná.

Marcel Fernandes e Kristiane Foltran, ambos artistas visuais, presenteiam-nos com o texto verbo-visual intitulado “Redescobrir o litoral: uma nova fronteira”. Nele, os autores resgatam alguns elementos intrínsecos, objetivos e subjetivos, que caracterizam o cenário litorâneo, propondo nesse ensaio um novo olhar para o litoral: o olhar poético e, com isso, um caminho rumo à ruptura do nosso entendimento consolidado sobre paisagem marítima, abrindo caminhos para a descoberta de novas paisagens no espaço-tempo.

Os Mbyá Guarani, presentes tanto no litoral do Paraná como também em outras regiões do Cone Sul, também marcam presença na seção Transitâncias, com aspectos de sua história, arte e cultura e, principalmente, seus movimentos de descolonização, sendo abordados no ensaio “A poética do belo caminhar: arte, ecologia, resistência e narrativa Mbyá Guarani”, de Ana Elisa de Castro Freitas. Nesse texto, a autora nos conta sobre as ações de resistência desse povo pela via da arte, utilizada nas narrativas sobre suas experiências com o intento de contrariar a violência invisibilizadora imposta a eles desde os idos do Brasil colonial.

Em outro texto da seção Transitâncias, “Da terra para o mar e do mar para a terra: Barrancos, Pontal do Paraná, PR”, Juliana Quadros e João Paulo de Melo Portes problematizam, entre outras questões, o abuso por vezes cometido por órgãos fiscalizadores contra comunidades de pescadores artesanais, criando um tensionamento que opõe área protegida a território pesqueiro. E, para exemplificar, os autores apresentam o caso da comunidade de Barrancos, localizada no município de Pontal do Paraná, litoral do Paraná, que por conta da criação do Parque Nacional Marinho do Arquipélago

das Ilhas dos Currais teve seu território de pesca limitado. Assim, o leitor poderá conhecer como essa comunidade ora se adapta às pressões exógenas, demonstrando sua resiliência, ora enfrenta essas pressões, revelando sua capacidade de resistência.

Ana Josefina Ferrari, em seu texto "Batuva: seu Arquivo e sua Memória", leva ao leitor uma interessante discussão sobre memória, arquivo e história, permeada pela análise do discurso e contextualizada a partir da análise de documentos produzidos no âmbito da universidade acerca de Batuva, uma comunidade remanescente de quilombo localizada no município de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná. Nesse texto que compõe a seção Transitâncias, as pessoas também poderão conhecer a comunidade Batuva por meio de imagens produzidas pela autora, que também nos traz alguns dados sobre o município de Guarapuava e que propõe, entre outras reflexões, qual o papel do analista do discurso nesse processo de construção de arquivos.

E, finalmente, também nas Notas Dissonantes desta edição, a equipe de curadoria presta uma justa homenagem a um querido membro da comunidade acadêmica do Setor Litoral da UFPR que nos deixou há pouco tempo: Chico Farro, falecido em 31 de julho deste ano. Nascido Ubirata Valiente Lorbiesky, Chico Farro - Príncipe da Prainha de Guaratuba, Cabaraquara e Algarve – foi artista, compositor, poeta e cursava Gestão Imobiliária na UFPR. Dentre suas várias realizações, escolhemos alguns de seus poemas como forma de tributo e apresentação deste que foi uma personagem sui generis do litoral paranaense.

A curadoria desta edição do TOM foi feita por uma comissão vinculada à Seção de Comunicação do Setor Litoral da UFPR, composta por Aline de Oliveira Gonçalves, Dafne Salvador, Maurício de Sousa, Luiz Eduardo Geara e a convidada Etienne Vaccarelli.

Não podemos terminar esta Apresentação sem antes agradecer à Coordenadoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná (Proec), à Pró-Reitora de Extensão e Cultura, Deise Cristina de Lima Picanço, ao Editor do TOM Caderno de Ensaios, professor Ronaldo de Oliveira Corrêa, à Coordenadora Editorial, Patricia Guilhem de Salles, e a toda equipe da Proec envolvida na editoração deste número.

Do mesmo modo, expressamos nossa gratidão aos que contribuíram para que esta edição se realizasse: alunos, docentes, pesquisadores, artistas, enfim, a todos os membros da comunidade acadêmica da UFPR Setor Litoral que aceitaram o nosso convite para lançar, cada um e cada uma a seu modo, verbos, olhares, sentimentos e emoções que quiçá traduzem – ainda que num recorte – o que é e como é ser, estar e viver do e no litoral do Paraná.

Convidamos vocês a navegarem conosco nesta embarcação chamada TOM pelo litoral do Paraná e a percorrerem águas de reflexões e sensibilidades.

Boa viagem!

Equipe de Curadoria



transitâncias

Da terra para o mar e
do mar para a terra:

Barrancos, Pontal do Paraná, PR.

Texto de
João Paulo de Melo Portes
e Juliana Quadros

Resumo

Trata-se de uma busca pela compreensão do processo de diferenciação histórica dos modos de ser e fazer dos moradores e moradoras da comunidade de Barrancos, localizada no município de Pontal do Paraná, litoral do Paraná, considerando uma análise conjuntural sobre legislações ambientais e empreendimentos que possam ter relação com o movimento pelo qual a comunidade de Barrancos transmuta.

Palavras-chave: Caiçara, Mata Atlântica, Pesca Artesanal, Resiliência.

João Paulo de Melo Portes
Graduando do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, Universidade Federal do Paraná –
Setor Litoral. E-mail: joao.portes88@gmail.com

Juliana Quadros
Professora Adjunta do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.
E-mail: quadros.juliana@hotmail.com

Entre mar e morro, o litoral do Paraná,

Barrancos

Situado no bioma Mata Atlântica, o litoral do Paraná se estende por uma área de 6.058 km², onde grande parte de sua costa é representada por fisionomias vegetais caracterizadas pelas formas de relevo da Serra do Mar e da Planície Litorânea. (TIEPOLO, 2015). Apresenta-se como uma distinção nítida entre o litoral paranaense e o restante do estado, a escarpa e suas elevações que a acompanham, na forma de serras marginais descontínuas, que alcançam altitudes 500 m a 1.000 m, em relação ao nível médio do planalto (BIGARELLA et al., 1978; MAACK, 1968). Os assentamentos balneários que se desenvolveram no litoral paranaense se deram, todos, sobre a planície litorânea (MAACK, 1968). A área de estudo do presente trabalho se situa na Mata Atlântica, sendo de relevante importância o que Tiepolo traz:

Estas paisagens representam os últimos remanescentes contínuos de floresta atlântica costeira do Brasil e ainda encontram-se relativamente bem conservados graças às características geomorfológicas regionais, aos processos históricos de ocupação do litoral e à presença de Unidades de Conservação. Figuram também entre os principais hotspots de biodiversidade do planeta e abrangem o Mosaico de Áreas Protegidas do Lagamar (TIEPOLO, 2015, p. 97).

A vegetação predominante se caracteriza como Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas que, segundo Schäffer & Prochnow (2002) e Hirota (2005), esse tipo de floresta é um dos ecossistemas mais ameaçados de extinção do mundo.

O litoral do Paraná é banhado por águas quentes e rasas do Oceano Atlântico Sul, e fisiograficamente recortado pelas baías de Guaratuba e de Paranaguá. A baía de Guaratuba está localizada no extremo sul do litoral e a de Paranaguá na porção norte, abrangendo também o litoral sul do estado de São Paulo, formando um grande sistema estuarino chamado Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP).

A comunidade pesqueira de Barrancos, abordada nesse ensaio, localiza-se no município de Pontal do Paraná - PR; Brasil, sob as coordenadas Lat. -25,608303 Long. -48,397752.

O processo de aproximação dos autores ao tema desse ensaio se dá pelo desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de um dos autores, João Paulo de Melo Portes, como requisito parcial a obtenção de grau de Bacharel em Gestão Ambiental, orientado pela professora. Dra. Juliana Quadros, do Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná, também autora desse ensaio.

Os primeiros contatos com a comunidade de Barrancos ocorreram durante as atividades de estágio em uma ONG socioambiental que atua no município de Pontal do Paraná, quando João Portes teve a oportunidade de observar um

pouco as dinâmicas de trabalho, arte e modos de vida tradicionais. Ali percebeu que estava diante da história viva, a história se fazendo e a comunidade transmutando. Também pôde ver e ouvir um pouco de suas dificuldades, conflitos, resiliência e resistência. De acordo com Buschbacher, a ideia-chave da resiliência aplicada a sistemas socioecológicos é que:

As incertezas e surpresas inevitáveis na dinâmica de sistemas complexos inviabilizam sua gestão para uma trajetória predeterminada; em vez de conduzir para um rumo específico, é melhor fortalecer capacidades e características do sistema que mantêm a flexibilidade para sobrevivência, aprendizagem e adaptação durante um processo dinâmico e imprevisível de mudança (BUSCHBACHER, 2014, p. 12).

Dessa maneira, surge a problematização do presente trabalho, onde buscamos compreender os processos de diferenciação histórica dos hábitos e costumes dos pescadores e pescadoras de Barrancos, identificando características de resistência e de resiliência da comunidade.

A partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e principalmente relatos e observações de campo, o ensaio descreve alguns aspectos da comunidade de Barrancos e suas mudanças ao longo do tempo e procura interpretá-las por meio de uma análise de conjuntura e de fundamentos conceituais.

Da terra para o MAR, de caiçara a PESCADOR e pescador a ARTESANAL

Segundo o parágrafo 1º, do Artigo 3º do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que se reconhecem como povos diferenciados culturalmente, possuem formas particulares de se organizar socialmente, ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição da reprodução de sua cultura, sua reprodução social, religiosa, ancestral e econômica, utilizam de conhecimentos, inovações e práticas produzidos e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) traz que os povos tradicionais possuem modos de vida que lhe são próprios, onde suas relações territoriais são enviesadas na preservação da memória, história, patrimônio, cultura material e imaterial, e o seu reconhecimento formal contribui para reduzir a desigualdade e promover e justiça social. Estes povos possuem um amplo repertório de mitos, ritos e conhecimentos herdados ancestralmente. Saberes estes relacionados a atividades produtivas que garantem a produção e o consumo como uma forma de relação específica com a natureza (COSTA-FILHO; MENDES, 2014, p. 12).

Conforme Diegues (2004, p. 22) a cultura caiçara é definida como um agrupamento de valores, maneiras de ver o mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, onde os indivíduos se apoiam para se orientar nas suas relações com a natureza e com os outros membros de sua sociedade. Expressam-se por meio de produtos materiais como moradias, embarcações, instrumentos de trabalho, e também por meios imateriais como linguagem, músicas, danças e rituais religiosos. Nesse sentido, os povos caiçaras são contemplados no que diz o Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007) e, portanto, considerados tradicionais perante a legislação federal. Adicionalmente, Diegues afirma que:

A produção material e não material da vida não são espaços separados, mas combinam-se para produzir seu modo de vida. O fato de não utilizarem a escrita, de serem sociedades em que o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade através de um linguajar particular; conhecerem os ciclos naturais e dependerem deles para sua sobrevivência; de viverem em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, em que as técnicas têm baixo impacto sobre a natureza, fazem que as comunidades caiçaras possam ser definidas com "tradicionais" (DIEGUES, 2004, p. 22).

Entretanto, cabe destacar que é um grande equívoco considerar a cultura caiçara como estática (homogênea/imutável), sendo que as comunidades caiçaras nasceram e se reproduzem com associações a ciclos econômicos de maior amplitude, acompanhados de seus impactos (externalidades) e mudanças sociais (DIEGUES, 2004, p. 40). O mesmo autor afirma que "as culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que deixem de estar inseridas em um modo de produção que determinamos de pequena produção mercantil". Assim, sendo uma cultura que se transforma constantemente, por consequência dos efeitos dos ciclos econômicos que a atinge de maneira que fomenta um processo de diluição dessa cultura. Para Diegues (2004, p. 41) no Brasil todas as comunidades tradicionais estão dependentes da formação social capitalista e, conseqüentemente, sua produção econômica, ecológica e sociocultural também, e no caso dos povos caiçaras essa dependência é identificada nos indivíduos da pequena produção mercantil.

Um dos fatores exógenos à comunidade de Barrancos e que pode ser considerado uma externalidade, ou uma produção ecológica da formação social capitalista foi a necessidade de criação de áreas protegidas destinadas exclusivamente ou especialmente para a conservação da natureza, ou ainda, para desacelerar os avanços do capital sobre as áreas verdes. Entre essas unidades de conservação (UCs) estão: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (2002), o Parque Estadual da Ilha do Mel (2002), a Estação Ecológica de Guaraguaçu (1992) e a Floresta Estadual do Palmito (1998). Essas Unidades de Conservação de Proteção Integral, além de imporem limites físicos territoriais, passaram a demandar a presença da Polícia Ambiental e do Instituto Ambiental do Paraná em ações de fiscalização na planície costeira e na Ilha do Mel. Embora o Código Florestal de 1965 e a Lei de Proteção à Fauna de 1967 trouxessem medidas de proteção à vegetação e de proibição da caça em todo o território nacional desde então, a sua efetiva aplicação na planície costeira interferindo no modo de ser e fazer das comunidades caiçaras passou a ser mais frequente e intensa após a criação das referidas UCs e da presença punitiva do Estado na planície costeira.

Ainda nesse sentido, uma produção sociocultural do que Diegues (2004, p. 41) chama de formação social capitalista é o incremento do turismo de veraneio com a melhoria das condições de acesso ao litoral do Paraná e que teve como consequência o aumento da demanda por pescados e a pressão imobiliária especialmente sobre as áreas próximas à costa, como o território tradicional de Barrancos (PONTAL DO PARANÁ, 2004).

Particularmente, sobre a pressão imobiliária, merece destaque aqui uma breve descrição do processo de regularização fundiária de Barrancos. No ano de 1951 houve uma doação de uma área correspondente a 43.382.000 m², ao município de Paranaguá – PR, por parte do Governo do Estado. Essa área foi repassada à Empresa Balneária Pontal do Sul no mesmo ano, onde foi feito um planejamento geral da área, sendo delimitadas as quadras e os arruamentos. Porém, este planejamento não foi cumprido e o crescimento urbano se deu de maneira desordenada. Conflitos sobre posses ilegais e com os moradores passaram a ser frequentes e perduram até os dias atuais. Por motivo do avanço da especulação imobiliária os moradores migraram para áreas mais distantes da praia na medida em que as propriedades foram valorizando. A partir de 1987, a população local começa a requerer a emancipação política das praias do município de Paranaguá, na intenção de formar um novo município, levando o nome de Pontal do Paraná. Sua criação foi efetivada no mês outubro de 1996 (PONTAL DO PARANÁ, 2004, p. 12).

A comunidade de Barrancos, em meio a essa “guerra dos mapas”⁽³⁾ e lutas políticas, sente a necessidade de ter o seu território legitimado, para garantir sua área tradicionalmente habitada. Garantia essa representada por uma escritura e um mapeamento que traga a delimitação oficial de sua área perante a lei. Assim, transformando o seu território de uso comum, tradicionalmente habitado por Povos Caiçaras, em uma propriedade privada, para se manter segura e garantida perante as ameaças de outras propriedades privadas intencionadas em sobrepor o seu território. No ano de 1982 a escritura de Barrancos é redigida e oficializada, garantindo a área em meio a disputa territorial eminente.

A abertura do Canal do DNOS em 1950 pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento teve grande importância na alteração da paisagem e as características naturais da região, assim como a dinâmica hidrológica (BALLABIO, 2008). Sendo este o motivo do assoreamento do Rio Barrancos, local onde era realizada atividade de pesca e coleta, como relata pescador da comunidade:

Era grande e fundo, se encontrava com o mar, e o Robalo e a Tainhota subiam, e se pescava somente no rio de canoa a remo, e ia para “forinha” quando o mar tava manso. Depois foi construído o canal de embarque para a Ilha do Mel, o rio assoreou e mudou o curso.

Adicionalmente, a partir de 2006 a Lei da Mata Atlântica passa a restringir o uso das formações secundárias da Floresta Atlântica⁽⁴⁾, comumente utilizadas pelos caiçaras na agricultura de subsistência, tanto no pousio⁽⁵⁾ quanto na coivara⁽⁶⁾, para roças de mandioca, cana-de-açúcar, entre outras culturas, como relatado pelos moradores da comunidade:

Plantava cana-de-açúcar, plantava uma e virava um toceirão. Melancia dava muito também, a melancia gosta dessa terra. Arroz, queimava um pedaço na restinga na época de seca e semeava. Depois chovia, virava banhado e dava muito arroz. E aí socava no pilão. Mandioca plantava por todos os lugares e fazia farinha. Meu pai comprou a “fábrica de farinha” (máquina de madeira) que foi fabricada no Guaraguaçu. Não era nada comercializado, e eram umas 15 pessoas.

(3) Como Almeida (1994) bem traz em seu livro “Carajás, a Guerra dos Mapas”, sobre indicações de conflitos territoriais se tratando de superposições de domínio. Descrevendo assim o que foi essa Guerra dos Mapas.

(4) Artigo 2º, parágrafo único (BRASIL, 2006).

(5) BRASIL (2006) traz que pousio é a “prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 10 (dez) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade”.

(6) Leonel (2000) define a técnica da coivara como é descrita na literatura anglo-saxônica como slash and burn (corte e queima), onde terminado local é limpo e ateado fogo de maneira controlada, na intenção de obter maior ciclagem e aproveitamento dos nutrientes.

OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DE BARRANCOS

Sendo assim, é possível compreender uma transição de povos caiçaras a pescadores artesanais no momento em que os povos caiçaras deixaram de realizar os seus hábitos e costumes tradicionais, como roça, caça e produção de farinha de mandioca para se tornarem estritamente pescadores para além-mar, passando a serem reconhecidos pelo Estado, mais especificamente pelo Registro Geral de Pesca, como pescadores artesanais inseridos na pequena produção mercantil ou produção em pequena escala, como menciona Andriquetto (2003, p. 56). Também são observadas mudanças na paisagem, conforme apresentado no relato de pescadores:

Sempre chamou Barrancos (pela presença de dunas frontais), eram quebra-mar. As ondas batiam neles, e do barranco para trás era só floresta. Tinha muitos Jerivás e árvores grandes. Depois a Prefeitura passou trator em todos os barrancos, e loteou todas as áreas que foram abertas.

Para se conceituar pesca artesanal, foi escolhido o conceito do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), segundo o qual:

Os pescadores e pescadoras possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo. Possui relação direta com a natureza, com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado (MPP, 2015, p.04).

Esse conceito foi escolhido em detrimento de outros por possuir forte representatividade para as comunidades pesqueiras no litoral do Paraná, partindo de uma autoafirmação do movimento de classe dos pescadores artesanais. Para Andreoli (2007) a pesca no estado do Paraná se caracteriza pela categoria artesanal, onde o trabalho é realizado manualmente pelo pescador, executando todas as etapas e manipulação dos implementos, do produto, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, recolhimento e levantamento das redes e demais apetrechos. A Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), traz uma definição de pesca artesanal e de pesca de pequena escala, como a seguir:

Traditional fisheries involving fishing households (as opposed to commercial companies), using relatively small amount of capital and energy, relatively small fishing vessels (if any), making short fishing trips, close to shore, mainly for local consumption. In practice, definition varies between countries [...]. Artisanal fisheries can be subsistence or commercial fisheries, providing for local consumption or export. They are sometimes referred to as small-scale fisheries (FAO, 1997, p.17).

DO MAR PARA A TERRA, DA RESILIÊNCIA PARA A RESISTÊNCIA

Adicionalmente, de acordo com as definições de sistemas pesqueiros da costa do Paraná apresentadas por Andriguetto Filho (2003), os sistemas III, IV e VI, são os que se utilizam de pescarias mais voltadas para o emalhe de fundeio e deriva e para o arrasto de fundo de camarões. Especificamente, o sistema do tipo III caracteriza as comunidades localizadas próximas às desembocaduras de baías, onde o ambiente explorado é o de mar aberto. As embarcações utilizadas são equipadas com motores e não possuem convés ou porão. Portanto, dentre as categorias de pesca descritas pelo autor, a categoria à qual a comunidade de Barrancos mais se assemelha é a de tipo III, pois suas embarcações não possuem equipamentos sofisticados de navegação, nem convés ou porão e as pescarias principais são as de emalhe de deriva e fundeio. Porém, são utilizadas canoas de fibra de vidro, mais leves e mais duráveis segundo falas informais dos pescadores e pescadoras, e consideradas uma das principais mudanças na pesca no município de Pontal do Paraná (WEISER et al., 2016).

Atualmente, existem cerca de 14 pescadores na comunidade de Barrancos e oito embarcações (todas canoas de fibra). Estes se revezam, e entre quatro a sete canoas saem para o mar

com maior frequência, tripuladas de um a três pescadores. As áreas de pesca, tradicionalmente conhecidas e repassadas de geração a geração, variam com a mobilidade do recurso. As principais espécies capturadas são: camarão branco; pescadas; robalo; tainha; camarão sete barbas; camarão pistola; cavala; e peixe-porco. Paralelamente à pesca, alguns pescadores têm a necessidade de exercer outras atividades para complementar a renda, atividades essas de prestação de serviços, como: cortador de grama, caseiro, transporte para atividade de pesca turística, entre outras. Segundo relato dos pescadores de Barrancos, eles não se sentem representados pela colônia de pesca a qual são membros (Colônia de Pesca – Z5) (MARBRASIL, 2015).

A comunidade de Barrancos se diferencia de outras comunidades de pesca marítima do litoral do Paraná pelo fato de serem socialmente mais organizados. Motivo esse pelo qual todos os pescadores são membros sanguíneos (ou não) de uma mesma família a qual deu origem a comunidade. A renda e as relações de trabalho se distribuem e giram em torno de economia familiar, onde eles se alimentam do pescado e o comercializam. Cabe ressaltar que anteriormente a pesca era atividade de subsistência na comunidade e o excedente era comercializado. Já nos dias atuais, a comercialização do pescado é a principal fonte de renda da comunidade, onde os produtos provindos da pesca que não são comercializados, são consumidos.

As legislações vigentes no ambiente marinho se distinguem entre as esferas federais e estaduais, distribuídas em: Leis Federais e Estaduais; Portarias e Instruções Normativas (Ministeriais e Interministeriais); e Resoluções. Somando por volta de 48 legislações vigentes, que de alguma maneira possam ter regulado/restringido a atividade de pesca dos habitantes de Barrancos. Foram frequentes em campo relatos sobre abordagens abusivas por parte dos órgãos fiscalizadores alegando irregularidades.

As legislações vigentes no ambiente marinho se distinguem entre as esferas federais e estaduais, distribuídas em: Leis Federais e Estaduais; Portarias e Instruções Normativas (Ministeriais e Interministeriais); e Resoluções. Somando por volta de 48 legislações vigentes, que de alguma maneira possam ter regulado/restringido a atividade de pesca dos habitantes de Barrancos. Foram frequentes em campo relatos sobre abordagens abusivas por parte dos órgãos fiscalizadores alegando irregularidades.

A Unidade de Conservação foi criada pela Lei nº 12.829, de 20 de junho de 2013, com a finalidade de proteger os ecossistemas do Arquipélago das Ilhas dos Currais (PARNAM CURRAIS) (BRASIL, 2013). Localiza-se entre as baías de Guaratuba e de Paranaguá, a 6,2 milhas náuticas da costa (cerca de 11 km), no estado do Paraná (Wikiparques, 2013), na direção do Balneário Praia de Leste (município de Pontal do Paraná - PR) (PNSHL, 2013).

As seguintes coordenadas formam uma ligação de quatro pontos, os quais delimitam o território da UC de Proteção Integral:

Ponto 1: 25.43.13 S e 048.22.26 W

Ponto 2: 25.44.27 S e 048.22.53 W

Ponto 3: 25.45.47 S e 048.19.49 W

Ponto 4: 25.44.33 S e 048.19.21 W

(Lei nº 12.829, 2013).

O que resulta em 1.359,70 hectares em sua área total (ICMBIO, 2013). O Art. 4º, do SNUC (2000), no parágrafo XIII nos traz que um dos objetivos do SNUC é “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (SNUC, 2000, p. 03), assim as legislações conflitam entre si no sentido do PARNAM CURRAIS estar fechado integralmente a atividades de pesca.

Outra pressão extrínseca à pesca, conforme relatado pelos pescadores de Barrancos, é a progradação ou regressão marinha, onde os pescadores relatam que a praia está ficando mais extensa, dificultando o movimento de embarque/desembarque das canoas, especialmente considerando que os pescadores e pescadoras de Barrancos têm entre 31 e 77 anos. Angulo (1993) explica essa mudança da largura da faixa de areia como um fenômeno natural para a costa do município de Pontal do Paraná onde está situada a comunidade de Barrancos. O uso de canoas de fibra, em substituição às antigas canoas de madeira, facilita o trabalho de embarque/desembarque, podendo ser caracterizado como uma mudança adaptativa no modo de ser e fazer dos pescadores e pescadoras de Barrancos, ou seja, um movimento de resiliência.

Segundo relatos de campo, atividades portuárias como dragagem, tráfego intenso de navios, acidentes com navios, possível introdução de espécies exóticas invasoras através de fauna incrustante nos cascos (MMA, 2016) e água de lastro (ANTAQ, 2016), entre outras atividades, trazem impactos à pesca artesanal, como uma pressão extrínseca à pesca.

No entanto, com novas pressões exercidas por outros tantos fatores exógenos que cerceiam a pesca artesanal da comunidade de Barrancos no ambiente marinho, o mar também se torna barreira às atividades de pesca, onde os pescadores e pescadoras de Barrancos passam a fazer o movimento oposto ao feito anteriormente, ou seja, agora “do mar para a terra”.

O processo de diferenciação histórica “da terra para o mar e do mar para a terra”, apresentando o mar como barreira e como fronteira, ora caracteriza a capacidade adaptativa da comunidade mediante diferentes formas de pressão exógena, ou seja, resiliência; ora caracteriza, sua capacidade de resistência e enfrentamento dessas pressões externas.

Referências

ANTAQ. AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Meio Ambiente - Água de Lastro. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/MeioAmbiente_AguaDeLastro.asp>. Acesso em: 08/10/2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: Guerra dos Mapas. Belém: Editora Falangola, 1994.

ANDREOLI, V. M. Natureza e Pesca: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR. 126f. Dissertação (Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. A mudança técnica e o processo de diferenciação dos sistemas de produção pesqueira no Litoral do Paraná, Brasil. Meio Ambiente e Desenvolvimento. n. 8, p. 43 – 58 Jul./Dez 2003. Curitiba.

ANGULO, R. J. Variações na configuração da linha de costa no Paraná nas últimas quatro décadas. Boletim Paranaense de Geociências. Curitiba, n. 41, p. 52-72, 1993.

BALLABIO, T. A. Distribuição e utilização de abrigos de Lontra longicaudis no canal do DNOS, litoral do Paraná - Brasil. Pontal do Paraná. Monografia. Universidade Federal do Paraná. 2008.

BIGARELLA, J. J., et al. A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná e Associação de Defesa e Educação Ambiental, 1978.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

BRASIL. LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 22 dezembro de 2006.

BRASIL, LEI Nº 12.829, DE 20 DE JUNHO DE 2013. Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná, Diário Oficial, Brasília, DF, 20 de junho de 2013.

BUSCHBACHER, B. A Teoria da Resiliência e os Sistemas Socioecológicos: como se preparar para um futuro imprevisível? Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), n. 9, p. 11-24, 2014.

COSTA-FILHO, A.; MENDES, A. B. V. Quem são os povos e comunidades tradicionais. In: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (Orgs.). Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Superintendência de Comunicação Integrada – MPMG. 2014.

DIEGUES, A. C. (org.). Enciclopédia Caiçara vol. 1: O Olhar do Pesquisador. São Paulo: NUPAUB-CEC/HUCITEC, 2004.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Small-scale and Artisanal Fisheries. Responsible Fisheries with specific reference to small-scale fisheries and West Africa. Eleventh Liaison Officers Meeting of IDAF. Douala, Cameroon, 17-22 October 1997.

HIROTA, M. M. Monitoramento da cobertura da Mata Atlântica brasileira. In: C. Galindo-Leal & I. G. Câmara. (eds.), Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Fundação SOS Mata Atlântica. BH. Conservação Internacional, Cap. 6. p. 60-65. 2005.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, PARNA Marinho das Ilhas dos Currais. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/4126-parna-marinho-das-ilhas-dos-currais>>. Acesso em 20/09/2016.

LEONEL, M. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/10/2016.

MAACK, R. Geomorfologia Física do Estado do Paraná. Curitiba: Banco BADEP, UFPR, IBPT, 1968.

MARBRASIL – Associação MarBrasil. REBIMAR – Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha, Caracterização Barrancos. Pontal do Paraná, 2015. No prelo.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Espécies Exóticas Invasoras, Ambientes Costeiros e Marinhas. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/port_inva.pdf>. Acesso em: 08/10/2016.

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro. 2015.

PNSHL. Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, Sobre o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. Disponível em: <<https://parnasainthilairelange.wordpress.com/2013/09/17/sobre-parna-currais/>>. Acesso em: 08/10/2016.

PONTAL DO PARANÁ - PR. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Pontal do Paraná, Primeiro Caderno, 1-Aspectos Históricos do Município. 2004

SCHÄFFER, W. B. & PROCHNOW, M. A Mata Atlântica e Você. Apremavi, Brasília, p.12-13. 2002.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a Política do Abandono em uma terra cobiçada. Guaju, Matinhos, v.1, n. 2, 2015, p. 96-109.

WEISER, Et Al. Principais transformações ocorridas na pesca de Pontal do Paraná – Paraná – Brasil. 2016. No prelo.

WIKIPARQUES, Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais. Disponível em: <http://www.wikiparques.org/wiki/Parque_Nacional_Marinho_das_Ilhas_dos_Currais>. Acesso em: 20/09/2016.



A POÉTICA DO BELO CAMINHAR: Arte, ecologia, resistência e narrativa Mbyá Guarani

Texto de

Ana Elisa de Castro Freitas

Uma fertilidade de solicitações dinâmicas ativam a vontade – que se faz arte – quando nossa imaginação passeia pelas matérias da terra.

Arte, devaneio e vontade

Arte, duração de uma procura

*Arte, traço perene – ou efêmero –
de um pulso primordial!*

E se é a arte indissociável do devaneio da vontade – que move a mão, que move a terra, que forma e deforma para se fazer durar –, como anuncia Gaston Bachelard (1988; 1991)...

... quanta vontade, vida e resistência silenciosa pulsam nas cores dos ajaká/cestos Mbyá Guarani, cujas tramas vivas da floresta são diuturnamente culturalizadas por um pensamento que nos fala de peixes, cobras e outros belos seres da mata.

Ajaká/cestos Mbyá Guarani trançados com fibras de takua ete'í/taquara-mansa, oriundas das florestas de seus territórios.



Ana Elisa de Castro Freitas é Bióloga, Mestre em Ecologia, Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia Visual desta universidade. Desde 2009 é docente junto ao curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral, onde coordena o Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LaID, dedicando-se à formação intercultural de jovens intelectuais indígenas e não-indígenas no ensino superior. Sua produção artística envolve as artes visuais, música e performances. Coordena atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo linhas de criação coletiva e colaborativa de obras de arte e de curadoria, junto a coletividades indígenas no sul do Brasil, especialmente Kaingang e Guarani.

Na poética da reciprocidade, a arte Mbyá tece vias de reconciliação, enlaçando natureza e cultura numa profusão de cores e formas presentes nos ipará/desenhos.

(Fotografia da autora)

Fertilizados pelos fluidos e matérias da terra, pela inspiração duradoura que anima seus corpos a persistir em movimento junto às águas e florestas, ativando o circuito milenar da oguatá porá/seu belo caminhar sobre o mundo, os Mbyá Guarani costumam os territórios do Cone Sul: enlaçam amorosamente o litoral do Paraná e suas ilhas às paisagens que se estendem ao norte até encontrar o estado brasileiro do Espírito Santo; projetam-se ao sul, pelos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para, então, ingressar nas fronteiras do Uruguai. A oeste, essa territorialidade circular Mbyá segue pelos grandes rios que articulam a bacia hidrográfica Atlântica à bacia dos rios Paraná e Prata, adentrando nos países vizinhos do Paraguai e Argentina.

Território Guarani



Observe-se, a leste, o Iparavãpy, litoral do Paraná e, a oeste, o Yvy Mbyté, interflúvio dos rios Paraná e Prata. Ao norte, o Yvy apy, região sobreposta pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
(Fonte: Ladeira e Mata, 2004)

Cosmopolitas nas paisagens sulinas, os Mbyá insistem em narrar sua experiência pela via da arte, contrariando a violência colonial invisibilizadora e convidando a cegueira civilizatória a retirar seu véu e fruir a diversidade de esculturas zoomórficas, delicadamente entalhadas, a iconografia colorida dos cestos e adornos corporais, produzindo encantamento e sedução aos transeuntes.

De que nos falam os ipará/desenhos presentes nos ajaká/cestos?



As duas correntes na parte superior do ajaká representam uma cobra. Esse desenho é chamado ipará karena. Na parte inferior do cesto está representado o peixe/pirá. Esse ipará/desenho é conhecido por pirãinhykã ipará/desenho da mandíbula do peixe

(Fotografia da autora. Fonte: Freitas, 2004)

Neste ajaká repete-se o padrão do ipará karena, na porção superior do cesto, e abaixo temos o mboi cruzeira ipará (cobra cruzeira)

(Fotografia da autora. Fonte: Freitas, 2004)



Sementes, madeiras, cipós e taquaras, mobilizados pelas vias criativas Mbyá Guarani tecem itinerários conjugando o que a razão moderna teima em dissociar: floresta e asfalto, natureza e cultura se encontram e misturam na arte ameríndia, em meio aos casarios coloniais de Paranaguá.

Argonautas, os Mbyá Guarani cruzam o brilho das águas, desafiando as embarcações fantasmagóricas (Benjamin, 2012; Warburg, 2015) repletas de mercadorias. Numa poética contra-hegemônica, enlaçam terras e ilhas, desafiando as retílineas parafernálias portuárias em meio à vicejante arquitetura florestal.

Sua narrativa pós-moderna pluraliza a luminosidade multicolor das casas caiadas de rosa, verde e azul turquesa da Rua da Praia no diálogo intercultural com os traços inspirados por *Nhanderu*, divindade que guia seu *belo caminhar* de resistência pelo mundo, tecendo linhas móveis e poéticas, em meio aos aparatos de uma modernidade que se projeta em linhas retas.



Canal da Galheta, Paranaguá, visto desde *Eiretã*/Ilha do Mel. (Fotografia da autora).



Rua da Praia, Paranaguá, espaço marcado pela presença Mbyá Guarani na cidade. (Fotografia da autora).

Nessa paisagem, inscreve-se a poética descolonial Mbyá Guarani – feita de terra, ar, fogo e água, pulsante pela espiritualidade, na cosmo-sônica de cantos, melodias e danças (Stein, 2009), nas tramas de floresta, na arquitetura de terra, narrando a resistência de um querer durar no mundo, presença viva e silenciosa da alteridade Mbyá.



Casa de Rezas (Opy) na parte alta da TI Ilha da Cotinga, Paranaguá. A técnica construtiva das habitações Guarani integra o barro estruturado com hastes de fibras de taquara mansa e cobertura de palhas de coqueiro, matérias vivas das florestas locais. Na concepção Mbyá, o corpo da casa viva respira, troca fluxos de ar e fumaça com seu entorno, despertando a espiritualidade e o bem viver em seus habitantes.

(Fotografias da autora)

Com maravilhamento e surpresa percorremos o fértil conjunto de obras Mbyá Guarani, plenas de arte, potentes em devaneio e vontade, em luz, cor e movimento. No plano sociológico, a poética de suas tramas sociais convida a repensar as ecologias dissociadas de nossas subjetividades modernas (Guattari, 1990), consumidas na assimetria desigual das relações de poder e no acúmulo voraz de formas plásticas e ocas. Afeto e enlace tecem belas tramas sociais nas brincadeiras das crianças Mbyá pelas ruas, no deslocamento das famílias por entre os casarios da cidade e junto aos mercados municipais.

Igualmente, encantam-nos as obras em processo de criação, reveladoras de um vivo mobilizar artístico, visível nas linhas de montagem que derivam do diálogo estético descolonial, ensaiado com formas envolventes. Tais linhas contemporâneas sinalizam movimento, vida e promessa, a frutificar futuro, gestação e devir na produção cultural de jovens Mbyá.



Tal movimento, de instigante abertura, é sinalizado nas linhas de arte colaborativa e de intervenção que vêm sendo propostas por artistas Mbyá Guarani. A assinatura destas linhas vem se afirmando na obra de fotógrafos e cineastas Mbyá, em parceria com artistas contemporâneos, conquistando reconhecimento nos circuitos de arte nacionais e internacionais.

De modo pioneiro, os filmes de Ariel Ortega, Patrícia Ferreira e colaboradores (2012), assim como as fotografias de Vherá Poty (2015) introduzem uma abordagem descolonial dos modos de criar, fazer e viver Mbyá, em sua luta cotidiana de resistência. A narrativa poética das obras de arte desses jovens ancora as imagens nas vias interpretativas do próprio pensamento Mbyá, não deixando margem para a reprodução de elos objetificantes que historicamente aprisionam a riqueza cultural Mbyá Guarani ao olhar colonial que a tudo reduz no estigma genérico da imagem de índio.

Arte Mbyá Guarani: potência descolonial em favor da trama-vida

A força colonial age na trama-vida congelando e retendo seu movimento em formas fixas, passíveis de delimitar, medir, pesar, valorar. Tal força de retenção desacelera e desvia os fluxos das coisas e matérias que se movem permanentemente na trama, congelando-as e as convertendo em objetos.

Na escala telúrica, os territórios nacionais se projetam, como linhas secas, sobre os espaços de vida ameríndios, cujos contornos sempre abertos acompanham os filamentos das águas, elevam-se nas serras e montanhas de pedras, aprofundam-se nas grotas e cavernas, nas reentrâncias da terra, nos fluxos dos rios. O território afetivo é multidimensional; o território nacional é planimétrico. Alternativamente, descolonizar é entrelaçar-se. A perspectiva do enlace é descolonial. (Freitas, 2012).

Ao longo de cinco séculos, o processo colonial sobrepôs aos espaços de vida ameríndios um mundo repleto de objetos alheios à vida, uma parafernália de aparatos – torres, rodovias, portos, minerações. A paisagem foi esgarçada, fragmentada, perdeu contiguidade e fluidez.

Alternativamente, a arte Mbyá é repleta de coisas vivas, afetuosamente enlaçadas, em tramas sempre abertas, tecidos móveis e flexíveis, cujos fios se estendem e abrem, num movimento permanente. A vida das coisas é inerente à trama em que elas se inscrevem (Ingold, 2012).

O pensamento Mbyá é a trama imaginada. Não é autoral ou individual, mas coletivo, tramado indissociavelmente na experiência social que se alarga diluindo dualismos tais como natureza e cultura, constituindo a experiência comum aos diversos sujeitos participantes da vida-trama.

Concordando com Paul Klee (1973:21), a “forma é morte; dar forma é vida” e, neste sentido, descolonizar significa deformar e re-enlaçar. Tal movimento exige estabelecer conexões mais ou menos duradouras em nosso trânsito na trama, fruto de nossos afetos, imaginários e memórias, acolhendo seres, ideias, coisas, matérias, fluidos e espaços que conosco reverberam. A imagem da trama presente na arte Mbyá Guarani é a imagem-força da vida e da simplicidade-complexidade, recorrente no pensamento contemporâneo que encontra fonte inspiradora nas perspectivas holísticas (e.g. Deleuze e Guattari, 1995; Capra, 1996). Sua narrativa se situa em um pequeno-grande elo, cujo horizonte de enunciação anuncia sua sobrevivência de resistência num enlace cosmopolita.

Bibliografia

- BACHELARD, G. A dialética da duração. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. A Terra e os Devaneios da Vontade: ensaio sobre imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BENJAMIN, W. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas - Vol.I. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CAPRA, Fritjof. The Web of Life: A New Scientific Understanding of Living Systems. New York: Anchor Books Doubleday, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- FREITAS, A. E. C. Tekoá Kaaty – Terra Indígena Mato Preto: Relatório Ambiental Circunstanciado. Brasília: FUNAI, 2004.
- _____. Territórios Ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. In: BERGAMASCHI, M.A.; DALLAZEN, M.I.H.; XAVIER, M.L.M.F. (org.). Povos Indígenas & Educação. 2ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.
- GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 1990.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.
- KLEE, P. Notebooks, volume 2: the nature of nature. Trans. H. Norden. Ed. J. Spiller. London: Lund Humphries, 1973.
- LADEIRA, M.I. e MATTA, P. (org). Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós. São Paulo: CTI, 2004.
- POTY, V. O grande desafio hoje é desconstruir a ideia genérica que se tem sobre os indígenas. Nonoada. Jornalismo-Travessia. Entrevista com Vherá Poty, 14/09/2015. Disponível em: <http://www.nonada.com.br/2015/09/vhera-poty-o-grande-desafio-hoje-e-desconstruir-a-ideia-generica-que-se-tem-sobre-os-indigenas/>. Acesso em 12 de setembro de 2016.
- ORTEGA, A. e FERREIRA, P. Bicicletas de Nhanduru. Etnografia Fílmica. Projeto Vídeo nas Aldeias. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7UEWibtKt7o>, Acesso em 12 de setembro de 2016.
- STEIN, M.A. Kyringüé mboráí: os cantos das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani. Tese de Doutorado em Artes. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- WARBURG, A. Histórias de fantasma para gente grande. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.





BATUVA: seu Arquivo e sua Memória

Texto de
Ana Josefina Ferrari

INTRODUÇÃO

A noção de arquivo foi pensada e reformulada reiteradas vezes ao longo do tempo, e sempre foi relacionada com a memória. É uma das categorias que foi retomada e que, com o decorrer do tempo, foi relida por várias áreas, inclusive pela Análise de Discurso. Uma das definições que encontramos desta noção é na Arqueologia do Saber, elaborada por Foucault em 1969. Ele propõe que:

As práticas discursivas são sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (...) São todos esses sistemas de enunciados que proponho chamar de arquivo (...) Trata-se do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios (...) tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. (...) O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. (...) entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. (FOUCAULT, 1986, p. 119-150).

Por outro lado, alguns anos após essa formulação de Foucault, Pêcheux propõe o arquivo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão (PÊCHEUX, 1982, p. 57) e atualiza e pensa a noção de arquivo digital, muito antes que a questão seja pensada por outros teóricos da área, no artigo *Ler o Arquivo hoje*.

Na realidade podemos pensar as duas propostas em diálogo, de fato o diálogo entre elas foi desenvolvido por Orlandi 2003 que afirma que o arquivo é memória institucionalizada, estabilização e atestação de sentidos que produz um efeito de fechamento. Ela afirma que:



Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que dever ser dito (ORLANDI, 2003, p..15).

E, logo em seguida, complementa:

enquanto arquivo, a memória tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nessa relação é datado [...] Enquanto interdiscurso, porém, a memória é historicidade, e a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento (ORLANDI, 2003 p.15).

A noção de arquivo proposta por Orlandi continuou sendo discutida e re-lida por diferentes autores no Brasil. Dentre eles, e complementando a noção de arquivo, Zoppi afirma que

Todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e através delas, de gestão de memória de uma sociedade. Enquanto tal, todo arquivo é resultado de um cruzamento de diversos procedimentos de identificação dos documentos que o compõem, seja através das datas, disciplinas, temas e/ou nomes próprios (de lugar, de autor, de obra, de instituição), que os alocam dentro de uma ou mais séries arquivísticas (ZOPPI FONTANA, 2005, p. 97).

E ainda:

Todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e através delas, de gestão de memória de uma sociedade. Enquanto tal, todo arquivo é resultado de um cruzamento de diversos procedimentos de identificação dos documentos que o compõem, seja através das datas, disciplinas, temas e/ou nomes próprios (de lugar, de autor, de obra, de instituição), que os alocam dentro de uma ou mais séries arquivísticas (ZOPPI FONTANA, 2005, p. 97).

Observa-se, portanto, que a noção de arquivo é repensada, que ela, enquanto conjunto fixo de elementos ou textos acumulados, já foi superada embora por momentos em muitas disciplinas ainda se a proponha desse modo, como na história e na antropologia. Mas, o caráter móvel do arquivo toma cada dia mais força também nestas áreas. Por isso, podemos pensar em diferentes tipos de arquivos: arquivos nos que se constitui a referência de algum grupo humano, arquivos nos que singularizam e se evidenciam posições sujeito, arquivos que possibilitam dizeres, arquivos de futuro, arquivos compostos de fios do interdiscurso que vão compondo uma rede virtual. Hoje em dia há múltiplos e novos modos de ser dos arquivos e também há novos materiais que compõem o arquivo. Essa conjunção, acredito, provoca o deslocamento.

A noção de arquivo de futuro é a que particularmente venho desenvolvendo desde 2011 e penso o arquivo de futuro como aquele arquivo que traz condições de possibilidade de se dizer a partir de uma posição de sujeito diferente a partir da qual se enunciava antes da constituição do mesmo. Um exemplo de arquivo de futuro se encontra nos laudos antropológicos confeccionados para os processos de delimitação de terras de comunidades remanescentes quilombolas.

A partir dessas afirmações surge a pergunta: quais são os mecanismos de construção do arquivo?

Faremos aqui uma reflexão sobre o arquivo, a construção dele e sua relação com a memória a partir da análise de documentos produzidos na universidade em relação com uma comunidade tradicional remanescente de quilombo, tomando o caso da comunidade de Batuva Guaraqueçaba Paraná.

Partindo destas afirmações, por um lado, propomos pensar nessa institucionalidade “inerente a” e “constitutiva de” o arquivo e, por outro lado, pensamos nossa tarefa enquanto instituições, instituições universitárias nas quais trabalhamos, onde produzimos arquivos, arquivos institucionais. Pensamos que não deixamos de agir dentro de um aparelho ideológico produzindo arquivos. Pretendemos trazer neste texto, também, elementos para uma reflexão sobre o que significa para um analista do discurso, constituir um arquivo. Como se entrelaçam as questões relacionadas com o arquivo e com a memória?, e, finalmente, qual é o papel do analista do discurso nesse processo?

Antes de continuar gostaria de falar um pouco sobre Guaraqueçaba, lugar geográfico onde começamos a construir o arquivo e colocar as condições de produção desse arquivo, inicialmente, de modo geral para depois me dedicar a falar de modo geral das comunidades com as que iniciamos esse trabalho: as de Rio Verde e Batuva. Pretendo, depois desse momento inicial, tecer algumas considerações teóricas sobre a questão do arquivo e da memória, conceitos esses que surgem com força nessa tarefa que nos propomos.

O MUNICÍPIO E SEU ARQUIVO

O município de Guaraqueçaba está composto por uma multiplicidade de comunidades, culturas e paisagens. Com uma superfície de 2.316 km², tem a maior extensão de terras do litoral. Porém, esse espaço, enquanto espaço de ocupação, não é contínuo. A ocupação é fragmentada encontrando-se tanto no continente quanto nas ilhas que compõem o território. Os agrupamentos populacionais do município são divididos em comunidades. As comunidades guaraqueçabanas se agrupam em volta dos rios que, ao longo do caminho, surgem dentre a mata. Dentre as comunidades mais importantes encontram-se comunidades guaranis (M`Bya Guarani Kuaray Oguatá demarcada pelo decreto municipal 64.008 e uma área indígena não demarcada no morro das Peças de acordo com fonte ITCG 2006, também denominada Cerco Grande), caiçaras (na ilha das Peças, Superagui e Ilha Rasa sobretudo), quilombolas (nas comunidades de Rio Verde e Batuva) e comunidades rurais que se aglomeram ao longo da linha da costa e em volta dos principais rios que atravessam a região e que se distribuem em diferentes pontos.

Ao mesmo tempo, essas comunidades moram em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Estaduais e Federais ou mesmo dentro de Parque Nacional como no caso de Superagui.

O convívio entre as áreas de proteção e as comunidades tradicionais não é tranquila. Há conflitos que são relatados por numerosos teóricos já desde a década de 90 como, por exemplo, João Bigarella e Antonio Carlos Diegues.

Ao mesmo tempo, como já afirmamos, essas comunidades moram em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Estaduais e Federais ou mesmo dentro de Parque Nacional, como no caso de Superagui. De acordo Bezerra da Silva,

Comunidade, como se autodenominam as vilas que compõem o Município de Guaraqueçaba. Esta denominação, segundo moradores, foi adotada para designar vilas do litoral e ilhas, a partir de um trabalho realizado pela extinta ACARPR, órgão do Governo Estadual que transferia conhecimentos e tecnologia de plantio a agricultores. Antes da ACARPA, eram chamadas de vilarejos ou vilas. Estudos clássicos em antropologia definem um agrupamento populacional desta natureza como bairro rural (Bezerra da Silva, 2001 p. 7).

Orlandi (2011) propõe que os sujeitos têm uma necessidade de estabelecer laços e participar de grupos, além dos que a sociedade burguesa propõe (igreja, família, empresa, nação), assim se constituem as comunidades. O sujeito encontra nelas um laço imaginário que aglutina, que une. A autora propõe que as comunidades (no caso dela urbanas) funcionam como instituições paralelas ao Estado, pelo fato de se constituírem, em muitos casos, pela ausência deste. Orlandi dirá que o que solda o grupo e o constitui enquanto tal é um imaginário que se compartilha. Esses mesmos

mecanismos descritos pela autora são observados no local que propomos para nossa pesquisa, a saber: as comunidades quilombolas de Rio Verde e Batuva no município de Guaraqueçaba-PR. Neste caso, a denominação que cabe é comunidade quilombola, significante que funciona como aglutinante. No grupo observado, há quem pertence à comunidade e quem não, constituindo um dentro e um fora dela. O que organiza este pertencimento é uma ilusão grupal, como denomina a autora. Mas a ilusão grupal que observamos desloca-se em alguns pontos da descrição proposta por Orlandi.





Em primeiro lugar, as comunidades que observamos são constituídas historicamente no século XIX: elas se fundam após a abolição da escravidão. Em segundo lugar, elas não são comunidades ou tribos urbanas, estão localizadas no meio rural. Mas o interessante é que sua organização, se analisada a partir dos dados históricos disponíveis por meio de laudos antropológicos, surge, assim como nos grupos que Orlandi estuda, de um vazio, de uma ausência que deixa o Estado desde os primórdios de sua constituição no Brasil, desde a primeira República.

Após a abolição da escravidão, as pessoas escravizadas que foram libertadas (especialmente as que moravam em ambientes rurais) ficaram em um espaço social e econômico bastante particular. Eles já não eram mais da fazenda e os proprietários, em muitos casos, não os contratavam como mão de obra, preferindo a contratação de imigrantes: os denominados colonos. Estes libertos sabiam, sobretudo, fazer trabalhos rurais. Assim, alguns deles foram para comunidades de escravizados fugidos (quilombos) já constituídos durante todo o período da escravidão e outros foram à procura de terras em lugares longínquos e ali se estabeleceram após a abolição. Este último é o caso da comunidade de Batuva, que estudamos.

Batuva é um espaço no qual circulam e se entrecruzam memórias. Memórias oficiais e memórias não oficiais. Memórias reconhecidas historicamente e memórias desconhecidas perdidas na densa mata. A memória é o espaço onde se entrecruzam, de modo distante, a vida das comunidades que habitam o longínquo território chamado Batuva.

Nos deteremos, neste momento, a observar a comunidade quilombola de Batuva. Ela foi declarada comunidade remanescente de quilombo a partir da publicação no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2006. Clemilda Santiago Neto, que trabalhou e trabalha com o levantamento sócio-histórico das comunidades quilombolas no Paraná descreve alguns modos de constituição das mesmas do seguinte modo:

Os descendentes dos africanos que foram escravizados nas fazendas que existiam no estado do Paraná se estruturaram em grupos familiares no meio rural em alguns dos municípios paranaenses principalmente:

- *Nos caminhos que hoje conhecemos historicamente como sendo o caminho das tropas – para condução de gado e de comércio.*
- *Nos caminhos onde se localizavam os antigos garimpos tanto de ouro de lavagem como os de mina, região conhecida como o Vale do Ribeira, onde estão as maiores concentrações de negros tanto do lado do Estado de São Paulo como do lado do Estado do Paraná.*
- *Nos caminhos onde se buscavam nos rios as pedras preciosas (sertão de Tibagi), também pelos caminhos do litoral por aonde chegavam os navios negreiros, Paranaquá, Antonina e Morretes, aos locais de guarda da mercadoria, ilhas ao longo da costa marítima paranaense como no município de Guaraqueçaba – Ilha das Peças (onde eram vendidas as peças, os escravos) história contada pelos quilombolas, professor Hilton do Quilombo de Batuva e professor Antonio do Quilombo do Rio Verde, por conta da proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra, e de lá, iam sendo distribuídos pelo território paranaense, da época.*

SANTIAGO, C. 2016 In: <http://cafehitoria.ning.com/profile/CLEMILDASANTIAGONETO675>

No caso da comunidade com a que estamos trabalhando, ela foi constituída por ex-escravizados vindos de São Paulo (Xiririca, Vale do Ribeira) que se assentaram do outro lado da Serra Grande. Eles chegaram nesse território seguindo, de acordo com alguns relatos, a trilha aberta na mata pelo telégrafo. Ela tem, hoje, aproximadamente 24 famílias e 94 habitantes. O texto publicado no relatório da fundação Clovis Moura titulado Terra e Cidadania a descreve do seguinte modo:

Grande parte do grupo veio de Cananéia, no Estado de São Paulo com os que integram a Comunidade de Rio Verde. Ilton Gonçalves da Silva relata que uma sua ancestral chegou de navio e contava que outros dois navios afundaram durante a viagem. Outras famílias vieram de Xiririca (El Dourado Paulista) no Vale do Ribeira, em São Paulo, para terras compradas por Américo Pontes, formando este quilombo onde a principal atividade é a rural mas, como em todas as comunidades quilombolas, a vegetação é preservada. As roças são comunitárias e o trabalho é feito por homem e por mulher. O cultivo mais importante para a alimentação é de mandioca, feijão e arroz. Para venda, a banana é muito importante, bem como a mandioca, transformada em farinha que vendem nas ruas de Guaraqueçaba. Entre os terrenos das famílias Pontes e Barreto há presença de sambaquis. São referências geográficas do quilombo a Serra Grande e os rios Pasmado, Guaraqueçaba e Branco. As festas são para Santa Teresa em 15 de outubro e carnaval, sendo que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São João Bosco, São Benedito, Santo Antonio, Santa Rita e Santo Expedito são também venerados. A dança tradicional é o fandango. (TERRA E CIDADANIA , p.80).



Percebemos que este texto era o único que tinha em circulação, o principal que aparece quando procuramos no grande arquivo da internet a partir do verbete Batuva, quilombolas. Este texto é um dos primeiros a circular e falar da comunidade. Ele era retomado e reproduzido em todo ou em parte tanto no blog da Associação de Comunidades quilombolas quanto em livros como Paraná Negro, que traz um percurso fotográfico das comunidades quilombolas do Paraná. Antes de iniciar os trabalhos com os diferentes projetos que coordenei na comunidade, essa era a situação. Ela está mudando a partir de algumas produções que são feitas em conjunto com a comunidade.

É indiscutível que a história desta comunidade forma parte da história do Brasil, uma história que está sendo reconstruída a partir de diferentes levantamentos e sistematizações já que sua história e cultura, em muitas ainda, transmitem-se de modo oral de geração em geração.

Ouvimos na constituição do arquivo das comunidades quilombolas de Rio Verde e Batuva, várias vozes. Ouvimos a voz da lei e dos decretos, ouvimos a voz das fundações representantes do governo, ouvimos a voz da universidade, ouvimos um pouco a voz dos quilombolas.

Nesse conjunto de vozes podemos diferenciar diferentes grupos:

- a - As que falam sobre o quilombo;*
- b - As do quilombo;*
- c - As que falam sobre o que se fala no quilombo.*

Tentaremos trazer aqui algumas sequências que compõem esses conjuntos, especialmente, as do quilombo de Batuva.

A VOZ DO QUILOMBO DO LITORAL PARANAENSE

A voz dos quilombos é uma voz franzina, quase um murmúrio. Quem são os porta-vozes dessas comunidades? De Rio Verde e Batuva, em Guaraqueçaba, são o professor Ilton e o professor Antônio, dois irmãos que têm um caráter, um bom humor, uma alegria e um comprometimento que contagia. Eles desempenham o papel de representantes das comunidades faz muitos anos e são os que impulsionaram o processo de constituição da Associação visando o reconhecimento das comunidades.

O professor Ilton Gonçalves da Silva faz a seguinte declaração:

O que é ser quilombola? Embora haja quem diga que não, quilombola é a contemporaneidade da resistência contra a ideologia do racismo, da individualidade e da marginalização. Povo sofrido, abandonado, ainda considerado vadio. Não é visto com bons olhos o que o negro construiu. Queremos que o Brasil saiba que não queremos tudo feito, queremos apenas uma coisa, queremos nossos direitos. Por querer nossos direitos, não precisaria nem pressão, só bastava cumprir o que está na constituição. Preto quer política pública, não pede nada de graça. Preto é honesto e tem vergonha, tem brio, postura e braços fortes. GONÇALVES 2013, p.p. 35)

Este texto do professor Ilton foi publicado em um livreto produto de um projeto de extensão intitulado Traços culturais das comunidades do litoral do Paraná coordenado pelo Prof. Luis Rogério Oliveira da Silva realizado no Setor Litoral da UFPR.

Alguns pontos podem ser ressaltados nele. Por um lado, é interessante colocar que o discurso situa-se em uma atualidade, uma temporalidade que não é o passado. Isso pode ser observado na sequência: quilombola é a contemporaneidade.

Ouvimos também a negação de outros discursos prévios em é honesto e tem vergonha, tem brio, postura e braços fortes pela negação evidencia a existência de falas a respeito dos quilombolas que os colocam no espaço marginal.

A repetição da sequência queremos deixa clara a divisão entre um “nós” e um “outros”, esse “outros” que também destitui. E uma posição política clara na sequência preto quer política pública localizando especificamente esse “outros” evidenciado anteriormente.

Mas, tempo depois, o professor Ilton Gonçalves escreveu o livro “Minha triste alegre história de vida, publicação que forma parte da coleção Educação do Campo, como o volume 5. Neste livro, o professor traz outros textos que respondem e complementam a narrativa acima. São exemplos as seguintes poesias:

UM NOVO COMEÇO

Ah! Se eu pudesse começar de novo... Muita gente vem falando assim. Alguns por viveram na sombra de uma culpa que lhes incomoda a consciência. Outros por oportunidades perdidas ou desperdiçadas. Há aqueles que desejam começar de novo porque já sofreram tantas perdas que chegaram a conclusão que não há mais conserto para sua vida. Quase todos gostariam de aproveitar a chance de um novo começo. Mesmo aqueles que podem dizer Se eu pudesse fazer tudo de novo, faria exatamente como a primeira vez, sabem que, como sociedade, há muitas coisas que precisam ser diferentes. A mesma sociedade precisa de um novo começo. Uma nova oportunidade para viver sem as consequências das tragédias coletivas, individuais, ou sem as injustiças sociais; sem a crueldade e o irracionalismo da guerra; sem os atos da violência contra o cidadão, a criança, a mulher; sem o sentimento de insegurança; sem os desvios da moral. Se toda a humanidade pudesse começar de novo com novas ideias, com novos valores morais, com mais respeito pelos direitos humanos, com novos critérios políticos, sem ser atingida pelas enfermidades, pelas doenças, seria na realidade, Um novo começo para todos. (GONÇALVES – FERRARI 2013 p.p.23)

IRMÃOS GÊMEOS: CACHOEIRA VIVA, IPÊ AMARELO - O QUE DOS QUILOMBOLAS FOI TIRADO

Não sou um Gêmeo
Mas tenho consciência,
Sério Respeitando desde a menor
cachoeira
Também o Ipê Amarelo
Deixo isso registrado
Para todos aprendiz
O Ipê Amarelo fornece sombra para
Cachoeira
A Cachoeira promete alimentar o Ipê
Amarelo pela Raiz
Amo essas duas Natureza
Por elas eu brigo
Por elas provoço Guerra
Defendo a Cachoeira
Protegendo o Ipê Amarelo
Linda Cachoeira!
Bela, limpa de uma forma cristalina
Alimenta, mata a sede, faz limpeza
É uma terapia das melhores da medicina
A flor do Ipê Amarelo
Na flora fica destacado
Lembrando o ouro brasileiro
Que dos quilombolas foi tirado
A Cachoeira oferece lazer
O Ipê Amarelo o perfume
Pois é bom que todos saibam
Que o que tem bom cheiro dá ciúme
Quilombola é um preservador da
Natureza
Declarar agora quero
É onde se vê Cachoeira viva e limpa
É onde se encontra vivo o Ipê Amarelo



Rola, rola Cachoeira!
Rola o quanto já rolou
Tu nunca encontrará outra bebida
Que faça concorrência com seu
sabor
Não há quem diga sua idade
Seu tempo... que já passou
Desafio todos os contabelistas
Que contabilize as vidas que tu criou
E tu, Ipê Amarelo: Quantas pétalas
floresceu?
Cada pétala lembra uma tonelada
do ouro Levado pelos Europeus!!
Quilombola lutou muito
Lutou e luta com seriedade
Luta pelo direito à vida
Que há quinhentos anos foi negado
Ipê Amarelo e Cachoeira Repre-
sentante da Natureza no Norte do
Litoral do Paraná Causando inveja
até aos estrangeiros
Conservados pelos Quilombolas que
ali há
Cachoeira e Ipê Amarelo vivem em
Harmonia
Sem se envolver em uma vida con-
jugal
São dois irmão sem serem parentes
Por serem filhos de um pai Celestial
Batuva, Guaraqueçaba -

15/07/2009.
(GONÇALVES, 2013, p.112-114)

COMUNIDADE TRADICIONAL

Venho da Guaraqueçaba
Do norte do litoral
Venho de uma comunidade humilde Comuni-
dade Tradicional
Foi lá que nasci, cresci
É lá mesmo que eu moro
Foi lá que fiquei sabendo
Que eu sou um quilombola
Onde tudo é difícil,
Estou falando a verdade
Onde não é o que muitos pensam!
Lá é outra realidade
Difícil o meio de comunicação
Difícil acesso de transporte
Para chegar até aqui
Conto com ajuda da sorte
Às vezes fico calado
Às vezes fico furioso
Os tradicionais para viverem
Somente porque são teimosos
Negros, ribeirinhos, caiçaras, (faxinalenses)

Não querem nada de graça
Pois tenham brio e talentos
Tenham coragem e fortes braços
Comunidades tradicionais...
Não pedem nada demais, não
Só pedem que se cumpra
O que está na constituição
Preto e analfabeto, pobre
Não por ser de má qualidade
Preto tem muito talento...
Só não tem oportunidade
Isto não é um desabafo
Não é isto que eu falei
Falei a realidade
Que se cumpra o que está em lei
O preto não é bem visto
Pra preto se finge que se olha direito
Este é o maior desafio.
Quebrar esse preconceito.
2009.
(GONÇALVES, 2013, p. 116-117)

Estas poesias são só parte daquilo que a comunidade quilombola de Batuva diz.

AS MULHERES QUILOMBOLAS, AS QUILOMBOLAS, OS QUILOMBOLAS

Em Batuva, uma das primeiras mulheres foi Firmina. Ninguém sabe o motivo que a trouxe, se ela veio sozinha ou se veio seguindo o Américo a fins do século XIX. Sabemos que ela era negra, bem escura e que vinha de um lugar que tem como nome o barulho que a água faz nas pedras da cachoeira: Xiririca. Sabemos também que Firmina fazia partos e que ela ensinou o ofício a Francisca que lhe ensinou a Durva. Sabemos que esta prática continuou até quase 30 anos atrás, quando abriram a estrada e por ela as mulheres foram no médico para ganhar seus filhos. Mas sei também que o marido da última parteira marcava cada vez que ela saía atender uma mulher, e que juntou 102 marcas de saídas da sua esposa, 102 partos.

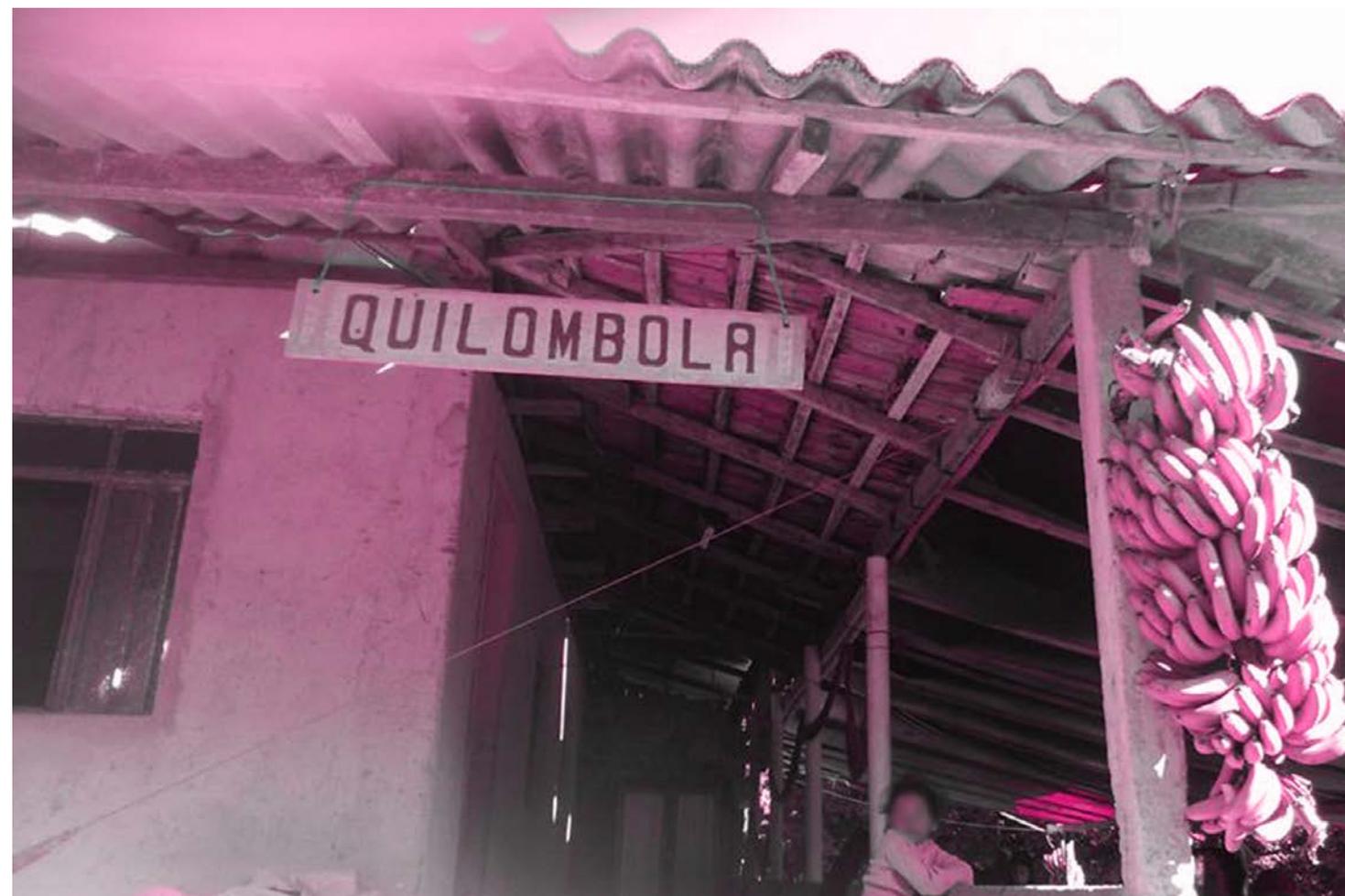
O espaço discursivo no qual circulam as falas das mulheres de Batuva se tece de fios que foram colhidos da roça, que foram cortados junto com as cordas de feijão, entrelaçados nos casamentos, nos nascimentos, pensados enquanto se matava peixe nas poças do rio, entre lambaris assados nas brasas, carregados no mato por dias e anos. O espaço discursivo das mulheres de Batuva se abre no âmbito da mais dura resistência.

Filhas de uma comunidade descendente de escravos, comunidade quilombola, acho que já Firmina trouxe nela a resistência.

Comecei a refletir sobre os processos de subjetivação, assujeitamento e identificação a partir destas. Com relação ao processo de assujeitamento, de acordo com o primeiro Foucault, o indivíduo se assujeita a algo que já está lá, por exemplo, a categoria jurídica quilombola o indivíduo acontece enquanto efeito do Estado e não tem nada a ver com o sujeito. Este processo, um exemplo claro surgiu no decorrer da nossa pesquisa e que analisei a partir de um diálogo entre a AD, as teorias de Foucault e os subsídios teóricos da Etnografia (via participação no Grupo Coletivo Quilombola – CQ – do qual falarei na sequência). A partir da minha participação no CQ, tive acesso à historicidade e às problemáticas que as comunidades quilombolas de todo o país atravessam. Desse modo, observei que quilombola não é um termo usado pelos habitantes das comunidades, e sim, uma categoria jurídica que surge a partir da publicação do Decreto 68 de acordo com o que afirma Arruti (2006), cito:

O reconhecimento oficial das comunidades remanescentes de quilombos coloca em pauta o poder da nomeação de que é instituído o Direito e o seu garantidor, o Estado, detentor da palavra autorizada por excelência (Bordieu, 1989). É devido a esse poder que se atribui uma identidade garantida aos agentes e grupos, por meio da qual se distribuem direitos, deveres, atributos, encargos, sanções e compensações. É a nomeação oficial que põe um termo, ou ao menos um limite à luta travada no mundo social em torno às identidades e, por meio delas, das qualidades dos grupos – que está na origem desses próprios grupos. (ARRUTI, 2006 p.52).

Portanto, quando o Estado requer que as comunidades se autoidentifiquem quilombolas, solicita um reposicionamento em relação a uma historicidade prévia. Assim, aqueles que falavam de si como negros, ou pretos passaram a se chamar quilombolas. Na comunidade na qual estamos trabalhando, essa passagem se fez material no período da nossa pesquisa. Constatamos que nas primeiras entrevistas ele se dizia negros, pretos, os negros do Sítio Coqueiro ou os do Sítio Coqueiro, mas um dia entramos na comunidade e nos encontramos com uma surpresa: uma placa talhada pelo filho do presidente da Associação pendurada na porta da casa do pai, dizendo **QUILOMBOLA**.



ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO

O arquivo das comunidades de Rio Verde e Batuva está em uma etapa de construção. Os textos e imagens que o compõem são bastante escassos e o processo que relatamos anteriormente está na sua etapa inicial. Por esse motivo, ao ver que ainda há um caminho por percorrer nos perguntamos sobre a constituição desse arquivo e qual o nosso papel nele. Se pensamos no que afirmam Guilhaumou e Malidier: o arquivo nunca é dado a priori e que o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes. (164)” Neste ponto nos questionamos ainda mais nosso papel. Vemos que, ao contrário do que muitas vezes se encontra, este arquivo é um arquivo a fazer.

Observamos que o arquivo que se está constituindo sobre Rio Verde e Batuva se organiza, até este momento, sob dois significantes principais apontados pela lei e reforçados no título do relatório do Grupo Clóvis Moura: terra e cidadania.

Terra, um lugar onde plantar, onde viver, onde exercer sua cidadania. A cidadania aqui se encontra relacionada intimamente à terra. Para poder exercer a cidadania é preciso a posse legal ou legalizada da terra. Uma terra onde poder exercer a cidadania, onde ser cidadãos, onde exercer os direitos, direitos que hoje encontram-se comprometidos. Nas comunidades em questão há terra, mas não há cidadania, os direitos de saúde e educação estão comprometidos.

Durante muito tempo nas minhas pesquisas de mestrado e doutorado passei ouvindo a voz do dono que constituía como sujeito o escravo nos anúncios de fuga publicados nos jornais. Hoje procuro, neste trabalho, um lugar de escuta, procuro ouvir a voz dos que eram falados, daqueles descendentes de escravos que hoje habitam diversos lugares do Brasil. Encontro-me nesse processo com a constituição de um arquivo que se propõe propiciar a construção de mecanismos para exercer sua cidadania, mas na constituição desse arquivo.

Trago hoje aqui esse trabalho incompleto, sem fim e sem respostas, aliás tenho mais perguntas que respostas.

Observo que nosso papel histórico hoje nesse caso não se reduz à leitura do arquivo como à produção dele. Aliás, o que hoje escrevo formará parte do arquivo das comunidades de Rio Verde e Batuva. E minha questão persiste: como propiciar um espaço de acontecimento para a Voz do quilombo de modo que ela deixe de ser franzina e ocupe seu espaço ativo no exercício de uma cidadania que faz séculos é negada, ignorada, silenciada. Como me colocar como analista de discurso, percebendo o que Pêcheux, Orlandi, Zoppi disseram sobre o arquivo e como trabalhar com essa divisão de trabalho da leitura na organização de um arquivo que fale sobre as comunidades, consciente do que disse Pêcheux em *Ler o arquivo hoje*:

Nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória (Pêcheux, 1997, p. 59).



BIBLIOGRAFIA

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. (et al). Papel da Memória. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 11-21.

ARRUTI, J. M. Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru-SP: EDUSC, 2006. BEZERRA da Silva, J. C. E Batuva resiste: memórias da Comunidade dos Dias, Pontes, Barreto, Pires. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

FERRARI, A. J. As dores de Dona Mariana In: INDUSKY, F. LEANDRO FERREIRA, M.C. MITTMANN, S. Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos 30 anos de Michel Pêcheux Campinas-SP: Ed. Mercado das Letras, 2015.

FERRARI, A. J. (2005). Fuga e Resistência: o caso das fugas dos escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1880. In: A. ZANDWAIS, Conexão Letras: Lingüística, Literatura e História. (p. v.1, p. 139-153.). Porto Alegre: Sagra Luzzatto.

FOUCAULT, M. La arqueologia del Saber. Mexico: Ed. Siglo XXI, 1986 .

GONÇALVES, I. & FERRARI, A. J. Minha triste alegre história de vida Editora UFPR Litoral Matinhos 2013.

ORLANDI, E. Discurso e Políticas Públicas Urbanas: A fabricação do consenso. Editora RG, Campinas 2011.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

Ler o arquivo hoje In: ORLANDI, E. Gestos de Leitura: da história ao discurso. Campinas-SP: Unicamp, 1997.

SANTIAGO, Clemilda FORMAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NEGRAS E QUILOMBOLAS NO PARANÁ
Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/profile/CLEMILDASANTIAGONETO675> 2016

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Social. (s.d.). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Fonte: IPARDES: www.ipardes.gov.br.

TERRA E CIDADANIA: Relatório 2005-2009 - GT Clóvis Moura In: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/galeria/listaEventos.php>.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Acontecimento, arquivo, memória. . 1 In: LEITURA- Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, LCV-CHLA-UFAL, n. 30, referente ao período de jul/dez. 2002, p. 175-206t

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Arquivo jurídico e exterioridade. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM DE PAULA, Mirian R. (Orgs.) Sentido e memória. Campinas: Pontes, 2005.

Amãnciãs
verboais

*“Mais um dia está florindo de alegria
Quando o sol vem nascendo, vem raiando o dia
Lá na montanha o espia acena e assovia
Na praia nós corria pra canoa na areia rolar
Entrar nas ondas nervosas e lançar a rede no mar
Era só a falaria no calão de lá e no calão de cá
Abaixa o chumbeiro e levanta a cortiça pra tainha não escapar”.*

(Tetê, pescador e poeta da Ilha do Mel)

Praiá

Texto de
**Evandro Cardoso do Nascimento
e Loide Sulamita Mendes**

Miguel

Anunciada a presença de um cardume, os donos da canoa são os responsáveis por organizar a entrada no mar, eles fazem a mediação entre o espia e o popeiro e estes três são os responsáveis pelo desenho do cerco. A comunicação entre eles é fundamental para o sucesso da pesca. Enquanto o cardume não for totalmente cercado a comunicação é feita de forma sutil para não espantar o peixe. Se para o espia e para o dono da canoa a experiência é fator determinante, ao popeiro, além da experiência, são requeridas habilidades corporais específicas, este é quem conduz a canoa para atravessar a rebentação, rema, ajuda a jogar a rede e orienta os proeiros no direcionamento da canoa.

O ato de lançar a rede ao mar é atividade delegada ao chumbreiro. Não se trata de um ato simples, pois não podem tocar a borda da canoa para não assustar o cardume. Antigamente, a chumbada era feita de barro e produzia muito barulho, hoje os pescadores fazem chumbadas de pano preenchidas com areia grossa (saibro) que diminuem o barulho, mesmo assim a atividade de lançar a rede ao mar deve ser cuidadosa, pois a tainha percebe qualquer barulho.

Aos proeiros, dois ou três, dependendo do tamanho da canoa, é dada a função de remar e manter o equilíbrio da canoa no momento do lanço. Velocidade, precisão e atenção aos comandos do popeiro são fundamentais para que a canoa se posicione corretamente no cerco, principalmente no momento em que precisam atravessar a rebentação.

Depois que o cardume de tainhas é cercado, participa, no cenário da pesca, a comunidade local e às vezes alguns turistas que ajudam a puxar a rede para praia, essa ação também é coordenada pelo dono da canoa. O peixe é contado e dividido, segundo as regras da comunidade, tais regras são historicamente construídas e seguem uma lógica que mescla valores mercantis e sociais.

“Esse desafio é relatado com orgulho, pois revela a habilidade dos pescadores artesanais em sua profissão e os diferencia de outros pescadores.”

Diferentemente de outras atividades pesqueiras, na qual a rede executa a captura do peixe e o pescador apenas a recolhe, no cerco da tainha o sucesso da operação depende da armação da rede, atrelada à movimentação da embarcação, direcionada pela comunicação entre os pescadores, ou seja, não é um processo mecânico, mas uma estratégia coletiva que garante o sucesso da pesca. No discurso dos pescadores percebe-se grande ênfase a dois aspectos da pesca da tainha: o desafio dos remadores em atravessar a rebentação das ondas na entrada no mar e a alegria coletiva quando a pesca chega à fase final.

A maior dificuldade na formação do cerco é a fase em que os pescadores precisam atravessar as ondas para entrarem no mar, dependendo da agitação das ondas a canoa pode quebrar e afundar e quase sempre entra água na canoa e os pescadores, com muita agilidade, precisam remar, tirar a água da canoa e continuar o desenho do cerco. Esse desafio é relatado com orgulho, pois revela a habilidade dos pescadores artesanais em sua profissão e os diferencia de outros pescadores.

Depois que o cardume é cercado inicia-se o processo de retirada do peixe do mar, nesse momento o silêncio é quebrado e a alegria toma conta do ambiente. As frases mais ouvidas são “levanta a cortiça”, “abaixa o chumbreiro” e “não deixa a tainha escapar”. O lanço é um espetáculo dos mais impressionantes do cotidiano dessa comunidade, geralmente aplaudido quando chega ao fim.

A CULTURA POPULAR CHEGA AO LITORAL:

Exposição

“Saber, Fazer e Celebrar a Vida”

no Museu de Arqueologia
e Etnologia da UFPR

Texto de

Bruna Portela

E escrever um texto para este número da Revista TOM, que trata sobre o MAR e o litoral, não poderia ser mais apropriado para falar sobre a exposição “Assim Vivem os Homens”, segmento “Saber, Fazer e Celebrar a Vida”, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. A história do museu teve início em Paranaguá, cidade do litoral do estado do Paraná. Sua sede, antigo colégio jesuíta do século XVIII, até pouco tempo atrás era ladeada pelo rio Itiberê, que pouco mais à frente deságua na baía, um pedaço do mar. Atualmente ainda se vê, mais ao longe, as águas tranquilas do rio que um dia beirava as grossas paredes do colégio.

JOSÉ LOUREIRO FERNANDES, o idealizador do museu, via no litoral um potencial para pesquisas e estudos sobre a formação do território paranaense, fosse com as escavações de sítios arqueológicos da região, fosse com a preocupação em preservar a cultura caiçara⁽¹⁾ local. Em 29 de julho de 1963 era inaugurado o Museu de Arqueologia e Artes Populares (MAAP), que tinha em seu cerne justamente a Arqueologia e a Cultura Popular.

Um museu de 53 anos carrega em sua história uma infinidade de memórias afetivas das gerações que têm visitado os espaços centenários do prédio e suas exposições. O MAE, não há dúvidas, faz parte da memória coletiva da cidade de Paranaguá e de seu entorno. A população da cidade acompanhou, atenta, as transformações sofridas pelo primeiro museu universitário do estado, a começar pelo nome, que mudou para Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (MAEP) e, finalmente, para Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE).

(1) A palavra caiçara, de origem tupi, é usada para designar as comunidades do litoral de São Paulo, Paraná, norte de Santa Catarina e Rio de Janeiro. A formação dos caiçaras remete a uma influência étnico-cultural de indígenas, portugueses e, em menor escala, dos escravos africanos.

Imagem: **Douglas Frois**

Participaram do processo de elaboração e execução da exposição de longa duração do MAE professores, técnicos e alunos da Universidade Federal do Paraná e de outras instituições de diferentes áreas do conhecimento, tais como Museologia, Antropologia, História, Design de Produto e Arquivologia. E, para além do ambiente acadêmico e institucional, foi feita uma parceria com a Associação Mandicuera, grupo bastante representativo em Paranaguá que tem como principal objetivo a divulgação e a preservação da cultura caiçara do litoral paranaense. O trabalho interdisciplinar, coletivo e multiprofissional é uma característica do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e, portanto, é essa marca que estará impressa na exposição *“Assim Vivem os Homens”*.

Imagem: Douglas Frois

O acervo da Unidade de Cultura e Saberes Populares vem sendo formado desde antes da inauguração do museu em Paranaguá. Já nos anos de 1950 José Loureiro Fernandes mantinha contato com folcloristas de outros estados e se empenhava em conseguir peças para o futuro Museu de Arqueologia e Artes Populares. Além do contato com pesquisadores, Loureiro Fernandes tinha também uma rede de sociabilidade com os moradores do litoral, de quem comprava e recebia doações de peças consideradas importantes para preservar e difundir a cultura caiçara. Ao longo dos anos novas coleções foram incorporadas ao acervo, como cerâmicas utilitárias e figurativas, vestuário e cestarias. Atualmente constam cerca de 2100 peças na Unidade de Cultura e Saberes Populares do MAE. Para a exposição *"Saber, Fazer e Celebrar a Vida"* foram selecionadas pouco mais de 200 peças. Tarefa difícil em um universo amplo e variado como é o acervo da Unidade.

Iniciar a exposição *"Assim Vivem os Homens"* com o segmento sobre Cultura Popular tem um significado importante para a comunidade que visitou e que irá visitar o MAE em Paranaguá. Por um lado, a memória afetiva dos frequentadores mais antigos do museu remete às peças que fazem parte da Unidade de Cultura e Saberes Populares, como os trajes da Congada e as cerâmicas de Mestre Vitalino, que já estiveram expostos na sede histórica. Por outro lado, as temáticas apresentadas pela Cultura Popular são mais próximas do cotidiano dos visitantes. São saberes e fazeres que muitos conhecem ou tiveram contato, como as técnicas da tecelagem, da renda, o feitiço da cerâmica, e as festas e folguedos, alguns ainda vivos em muitas comunidades.

Esta nova exposição de longa duração do MAE – segmento *"Saber, Fazer e Celebrar a Vida"* – foi estruturada em quatro espaços temáticos, pensados para fazer com que o visitante reconheça a si mesmo e ao outro, ao desconhecido. Os objetos expostos refletem testemunhos materiais de diferentes experiências vivenciadas por diferentes personagens em diferentes tempos e contextos.

O primeiro espaço expositivo traz ao visitante uma diversidade de objetos com diferentes representações, formas e materiais.

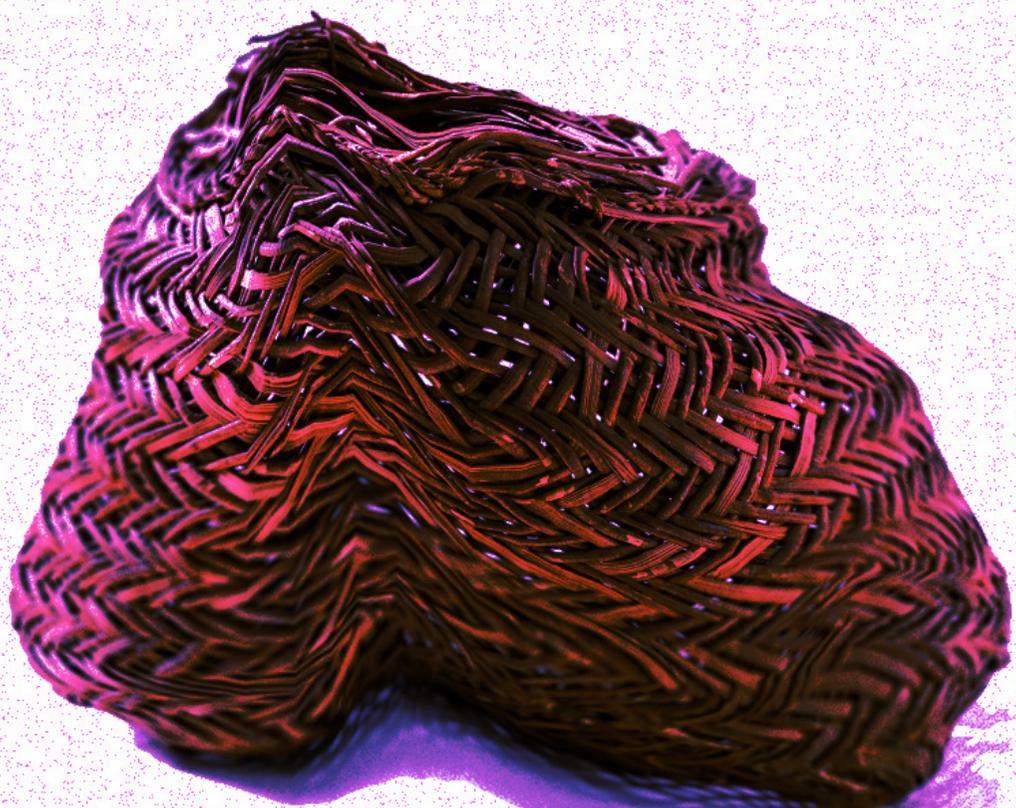
São peças que mostram uma pequena parte da pluralidade encontrada nas manifestações culturais brasileiras. Ainda neste primeiro espaço são apresentados três tipos de saberes e fazeres bastante significativos para nossa cultura: a tecelagem, a cerâmica e a cestaria. Na vitrine que fala sobre a arte de tecer estão presentes objetos que remetem tanto ao meio para produzir como ao produto gerado pelo conhecimento dessa técnica.



Na área destinada à cerâmica foram selecionadas peças utilitárias, como panelas e cuscuzeiros, e também decorativos, como vasos ornamentados.



Esta coleção de cerâmica é proveniente da pesquisa de *Herta Loëll Scheuer*, que fez a coleta do material nos estados de São Paulo e Paraná nos anos de 1980. Por fim, este primeiro espaço com o qual o visitante terá contato traz também uma variedade de cestaria, produzida com fibra vegetal e utilizada no cotidiano das populações do litoral, como na pesca e na agricultura. Um objeto emblemático desta vitrine é o tipiti, cestaria utilizada no preparo da farinha de mandioca, que serve para extrair o líquido venenoso chamado de mandicuera.



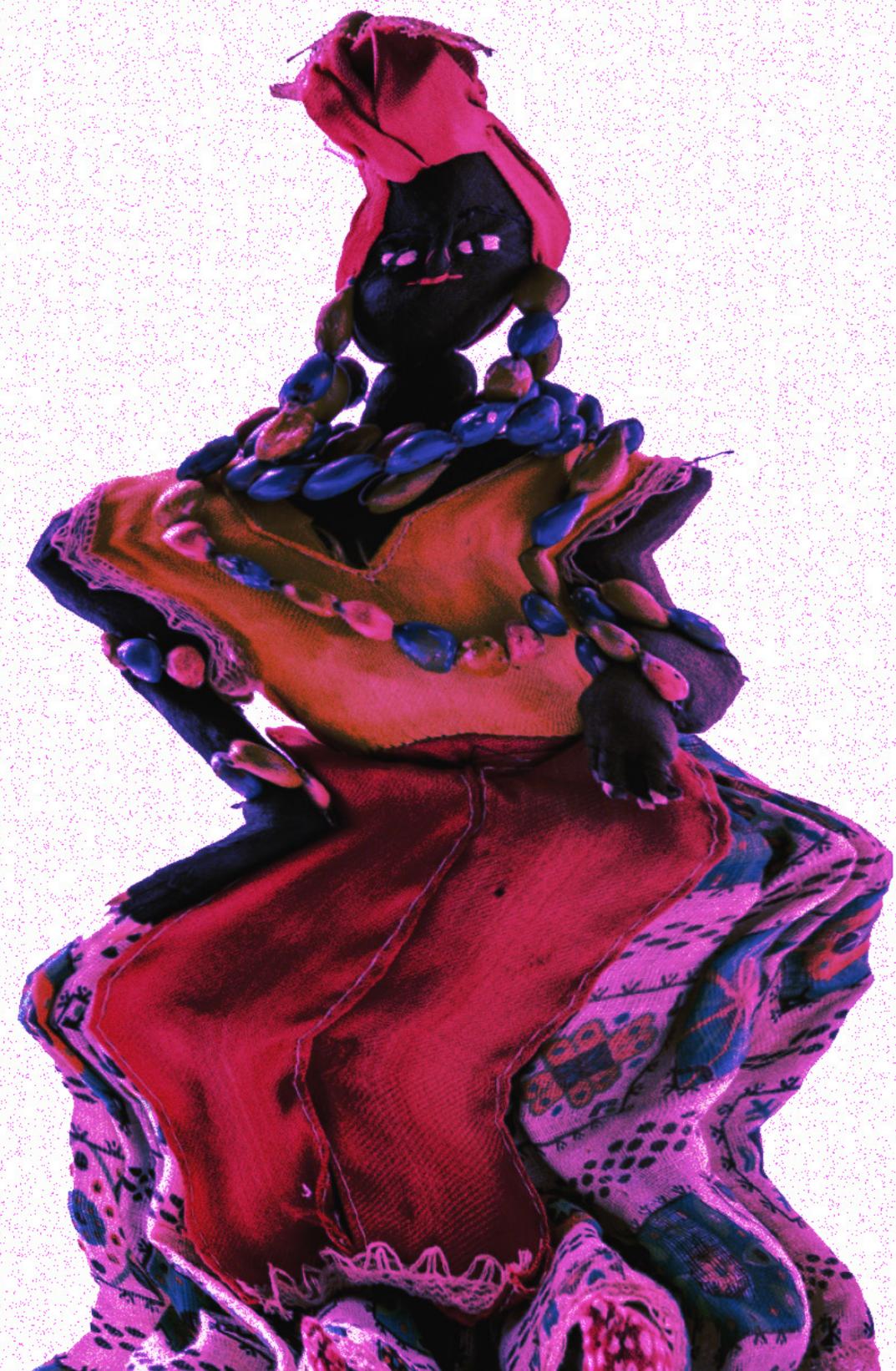
90

A diversidade da fé brasileira é a temática da próxima sala expositiva. Neste espaço estão reunidos objetos que representam diferentes religiões e manifestações religiosas do Brasil. A Festa do Divino Espírito Santo, a Congada e as mulheres benzedoras são representantes do catolicismo brasileiro, tão sincretizado com outras crenças. A Umbanda e o Candomblé retratam as religiões de matriz africana,

resultado da herança cultural deixada pelas milhões de pessoas trazidas da África para serem escravizadas no Brasil, e também por seus descendentes. Também está representado neste espaço expositivo o Espiritismo, religião importante e com uma forte presença em nosso país.



91



O lúdico e o brincar também têm lugar na exposição. Estão expostos alguns brinquedos que fazem parte do acervo da Unidade de Cultura e Saberes Populares, feitos de matérias-primas pouco vistas nos brinquedos atuais. Palha, madeira, tecido e cerâmica. Este é um espaço de interatividade; de um lado estão os brinquedos do acervo e, de outro, brinquedos atuais, que os visitantes poderão manipular e comparar com aqueles objetos expostos. É um convite à reflexão, tanto para crianças quanto para adultos, sobre as maneiras de brincar.



São as festas e folguedos que vêm para encerrar a exposição. O Boi-de-Mamão, manifestação típica do litoral do estado do Paraná e de Santa Catarina, é representado por cada um dos personagens do ato feitos em cerâmica por artesãos catarinenses. Já o Fandango, reconhecido pelo IPHAN em 2012 como Patrimônio Cultural Brasileiro, está representado na exposição por instrumentos feitos por mestres fandangueiros do litoral paranaense e pelos tamancos, batidos no ritmo da música para reproduzir as marcas. Por fim, as Cavalhadas se caracterizam por uma performance dramática em que cavaleiros encenam a vitória dos cristãos contra os mouros e que remonta à Europa Medieval. Os objetos expostos são de Cavalhadas realizadas nas cidades paranaenses de Palmas e Guarapuava.



Há, ainda, outro espaço interativo que fará parte da exposição *“Saber, Fazer e Celebrar a Vida”* que será inaugurado no próximo ano e que ficará no primeiro pavimento da sede histórica do MAE. Trata-se da “Casa Caiçara”, uma réplica de uma casa do litoral paranaense com todos os seus detalhes. Boa parte do acervo de Cultura Popular do MAE é formada por peças confeccionadas por homens e mulheres das comunidades caiçaras do litoral do Paraná e São Paulo, como petrechos de pesca, cestaria e instrumentos musicais do fandango. Na exposição será reproduzida uma moradia caiçara dos dias atuais, que mistura elementos tradicionais e modernos.

A exposição apresentada pelo MAE, portanto, é um convite para conhecer o outro e se encontrar na Cultura Popular. O que se apresenta agora é o resultado de um longo processo que, no entanto, não se encerra aqui. Um objeto, quando levado para um museu e exposto ao público, perde seu significado original para ganhar outros novos significados e representações. É na interação com o público e com a comunidade que a exposição *“Saber, Fazer e Celebrar a Vida”* ganhará vivacidade e se transformará a cada visitante que receber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Maria Cristina. Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. *Cadernos de diretrizes 2. Mediação em museus: curadorias, exposições e ação educativa*, n.º. 3. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2008.

CENTRO Nacional de Folclore e Cultura Popular. Tesouro de Folclore e Cultura Popular. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br>. Acesso em 15/11/2016.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'anna (org.). *Enciclopédia Caiçara*, vol. 1. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB:CEC/USP, 2004.

LEGENDAS DAS IMAGENS:

[Imagem 1]: Bumba-meu-boi. Artesão Manuel Vitalino (filho de Mestre Vitalino), 1962.

[Imagem 2]: Roda de fiar. Procedência e data desconhecidas.

[Imagem 3]: Moringa. Boa Vista, Correntina (BA). Doação de Herta Loëll Scheuer, 1984.

[Imagem 4]: Tipiti. Barra da Ribeira, Iguapé (SP). Doação de Herta Loëll Scheuer, 1984.

[Imagem 5]: Figuras de Exu. Salvador (BA), 1963.

[Imagem 6]: Boneca de pano. Bahia, 1980.

[Imagem 7]: Cavalinho. Monte Alegre (PA), 1965.

[Imagem 8]: Representação do Boi-de-Mamão. Florianópolis (SC). Doação Ronaldo de Oliveira Corrêa, 2011.

[Imagem 9]: Rabeca e tamancos. Procedência e data desconhecidas.

SAMBAQUIS:



IMPORTANTES TESTEMUNHOS DA HISTÓRIA E DA CULTURA NO LITORAL DO PARANÁ

Texto de

Marcos de Vasconcellos Gernet

RESUMO: O termo “sambaqui” deriva da etimologia tupi-guarani, significando: tamba (conchas) e ki (montanhas, amontoados). São sítios arqueológicos onde populações indígenas habitaram, temporária ou permanentemente, para exploração dos recursos litorâneos, criando acúmulos artificiais de restos de alimentação. São construídos a partir de deposições de conchas de moluscos por grupos de caçadores, coletores e pescadores que habitaram regiões costeiras de todo o mundo. No Brasil, as populações sambaquianas colonizaram toda a extensão da costa brasileira, entretanto, evidências apontam que esses sítios estão mais concentrados nas regiões sul e sudeste, incluindo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, regiões essas que têm recebido uma atenção especial por parte de pesquisadores. O principal trabalho de mapeamento dos sambaquis no Paraná foi realizado pelo pesquisador João José Bigarella, na segunda metade da década de 1940 sendo este responsável pelos primeiros levantamentos taxonômicos da fauna malacológica encontrada nos sambaquis. Destacou-se ainda, pela análise científica acerca dos inúmeros sepultamentos presentes nesses sítios arqueológicos bem como dos mais diversos bens culturais materiais encontrados nesses locais. Além de tudo isso, é de fundamental importância ressaltar que o maior legado deixado pelo professor Bigarella foi sua incansável luta em prol da preservação desses importantes monumentos arqueológicos.

Palavras-chave: Sambaquis, Paraná, Bigarella, Preservação.

Marcos de Vasconcellos Gernet: Bacharel em Gestão Ambiental, Mestre em Ciência do Solo com ênfase em sambaquis, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) setor Litoral. E-mail: lmv.gernet@gmail.com

INTRODUÇÃO

O termo “sambaqui” deriva da etimologia tupi-guarani, significando: tamba (conchas) e ki (montanhas, amontoados). São sítios arqueológicos, inseridos em paisagem litorânea onde populações indígenas habitaram, temporária ou permanentemente, para exploração dos recursos naturais, criando acúmulos artificiais de restos de alimentação (Parmalee, et al., 1974; Simpsont et al., 1996; Estévez et al., 2001; Gernet & Birckolz, 2011).

Os sambaquis resultam de deposições sequenciais de conchas de moluscos (Figura 01) por grupos caçadores, coletores e pescadores que habitaram regiões costeiras de todo o mundo (Estévez et al., 2001). No Brasil, as populações sambaquianas colonizaram toda a faixa costeira, no entanto estão mais amplamente localizadas nas regiões sul e sudeste, incluindo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente em ambientes lagunares (Scheel-Ybert, 2001). De acordo com Okumura e Eggers (2005), existem cinco destas regiões lagunares onde a presença de sambaquis é bastante acentuada: Cananéia-Iguape, em São Paulo, baía de Paranaguá, no Paraná, bem como a região de São Francisco do Sul e Laguna, em Santa Catarina.

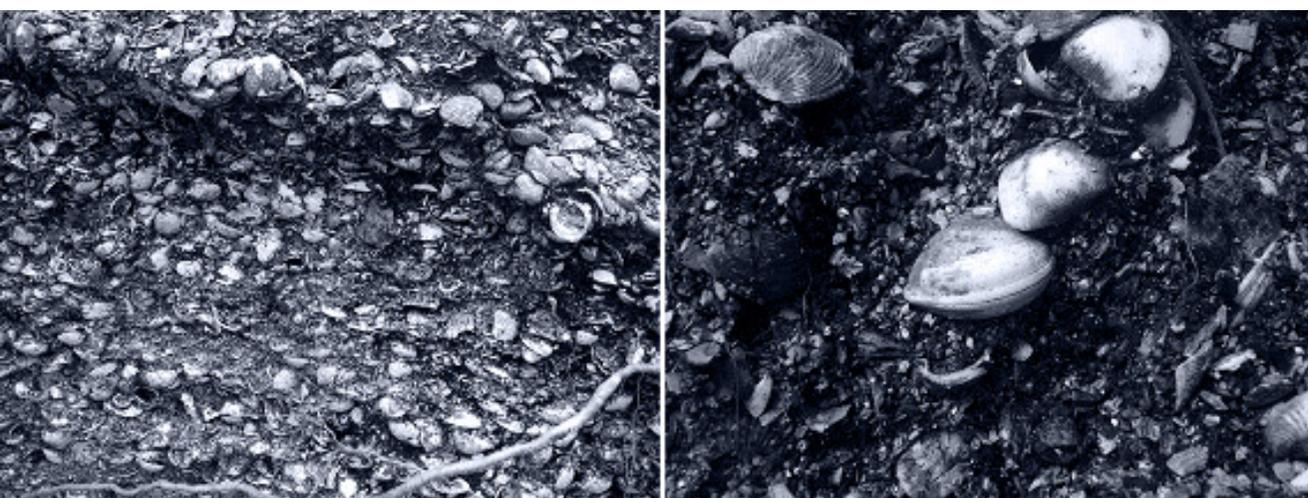


Fig. 01: Perfil do sambaqui do Boguaçu em Guaratuba, com detalhes da fauna malacológica, aparecendo em primeiro plano à espécie *Anomalocardia brasiliana* (berbigão). Foto: Marcos Gernet.

Esses sítios foram construídos em ambientes estuarinos de alta produção primária (grande biodiversidade e densidade populacional), a exemplo dos manguezais e enseadas. A importância desses ambientes como provedores de recursos alimentares abundantes e de fácil obtenção tornou-os um elemento privilegiado no modo de vida sambaqueiro (Trocchetto, 1987).

De acordo com Gernet & Birckolz (2011), na maioria das vezes os estudos referentes aos sítios arqueológicos do tipo sambaqui estão concentrados no campo da arqueologia, sendo ainda pequena a contribuição de outras áreas da ciência para auxiliar na compreensão de seu processo formativo. Nesse sentido, é comum deparar-se na bibliografia especializada com menções relativas à escassez de dados e à incompletude de trabalhos pertinentes ao tema.

De acordo com Figuti (1999), a identificação da fauna de moluscos dos sambaquis caracteriza os ambientes passados no qual o sítio foi formado e as diferentes estações do ano em que determinadas espécies são mais abundantes. Este dado pode esclarecer, também, detalhes sobre os hábitos alimentares dos povos construtores dos sítios. Um maior conhecimento da dieta destes habitantes pré-históricos nos permite uma melhor compreensão dos antigos ecossistemas naturais.

O estudo dos sambaquis confunde-se com a própria formação da arqueologia no Brasil. No início, o debate consistia em estabelecer se esses sítios eram formações naturais ou artificiais. Somente após a década de 1940 é que as questões norteadas pelos princípios do evolucionismo social passaram a integrar os estudos relacionados a esse tema, destacando-se, nesse contexto, a preocupação em estabelecer se os povos sambaqueiros que colonizaram o litoral brasileiro estavam organizados enquanto bando, macro-bando ou se era uma sociedade complexa ou em processo de complexificação (Uchôa 1973; Machado 1984; Lima e Lopez Mazz 1999).

Guimarães (2003) aborda duas correntes distintas de estudiosos de sambaquis, conhecidas como naturalistas e artificialistas. Para a primeira corrente esses sítios eram considerados produto de processos naturais, sendo estudados unicamente sob a perspectiva geológica, dentro da qual eram conhecidos como “jazidas”. Dentro da segunda corrente, já se considerava sua origem antropogênica, sendo então estudados não só por geólogos e arqueólogos, mas por uma gama maior de profissionais.

JOÃO JOSÉ BIGARELLA E OS SAMBAQUIS

Arqueólogos brasileiros e estrangeiros têm se debruçado ao longo de mais de um século na tentativa de compreender os múltiplos aspectos relacionados à ocupação da região costeira brasileira pelos homens dos sambaquis. Entretanto, a pesquisa dos sambaquis do litoral brasileiro não tem sido realizada de forma homogênea ao longo dos anos. Durante a década de 1950 as pesquisas concentraram-se no sul e sudeste do país, com ênfase nos estados de São Paulo e Paraná. Nas décadas seguintes os investimentos e os interesses foram transferidos para o estado de Santa Catarina, e durante as décadas de 1980 e 1990, o deslocamento dos estudos se deu em direção ao estado do Rio de Janeiro (Prous, 1999).

Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 uma abordagem científica mais moderna foi aplicada ao estudo dos sambaquis, principalmente através das contribuições de pesquisadores estrangeiros, como Annette Laming, Joseph Emperaire e Wesley Hurt. As escavações realizadas por esses pesquisadores estimularam muitos arqueólogos brasileiros das universidades e museus dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, promovendo sistemáticas investigações, bem como estudos comparativos entre os diferentes sambaquis (Lima, 2000).

Para Rauth (1962), até o início da década de 1960, ainda não haviam sido realizados trabalhos suficientes em sambaquis no Brasil para se formar uma ideia mais concreta que viesse definir estrutural e culturalmente a interpretação desses sítios. No litoral paranaense, Santos (1951) mencionava a presença desses montes de conchas no entorno da Baía de Paranaguá. O principal trabalho de mapeamento dos sambaquis foi realizado por João José Bigarella, na segunda metade da década de 1940, catalogando mais de 200 sítios em área de planície litorânea do estado. Dentre os pesquisados, o que apresentava maiores dimensões era o sambaqui do Guaraguaçu.

Incentivado pelo professor José Loureiro Ascensão Fernandes, João José Bigarella ingressa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, onde se formou em Ciências Químicas. Em 1944 passa a trabalhar como voluntário no Museu Paranaense, nomeado pelo então interventor Manoel Ribas. Segundo depoimento do próprio Bigarella, o museu foi uma verdadeira escola de vida, pois foi lá que desenvolveu inúmeras pesquisas de campo nas regiões litorâneas do Paraná e Santa Catarina. É nesse período que Bigarella começa a desenvolver pesquisas com os sambaquis das regiões costeiras.

Durante uma das pesquisas de campo do Museu Paranaense ao litoral do Paraná, em junho de 1944, João José Bigarella conheceu Íris Erica Koehler Assenburg, pesquisadora das áreas de etnografia e arqueologia, com quem veio a se casar em 28 de novembro de 1948. Em parceria com o marido publicou inúmeros artigos sobre sambaquis, sendo esse casal um dos maiores responsáveis pelo estudo e preservação dos sambaquis no litoral paranaense.

Também na década de 1940 Bigarella conhece o pesquisador alemão, radicado no Brasil, Guilherme Tiburtius, com quem inicia uma série de pesquisas em sambaquis, conseguindo reunir um enorme conjunto de informações sobre esses sítios tanto no Paraná quanto em Santa Catarina. Tiburtius, pesquisador metódico e apaixonado pelo tema, acompanhou o desmonte de inúmeros sambaquis, organizando uma coleção particular de artefatos arqueológicos tão significativa que hoje forma o acervo do Museu do Sambaqui de Joinville. Em parceria com Carlos Nicolau Gofferjé, o professor Bigarella fez os primeiros levantamentos taxonômicos da fauna malacológica (moluscos) constituidora dos sambaquis (Figura 02), sendo essa avaliação de fundamental importância para a interpretação do ambiente de formação desses sítios arqueológicos.



Fig. 02: Três das espécies de moluscos mais abundantes encontradas nos sambaquis paranaenses *Crassostrea rizophorae*, *Ctena orbiculata* e *Anomalocardia brasiliensis*. Foto: Marcos Gernet.

Durante seus estudos do período Quaternário, Bigarella também afirma que a construção dos sambaquis está diretamente relacionada com os movimentos de transgressão marinha, em que toda planície litorânea sofreu com o rompimento dos feixes de restinga, formando áreas inundadas de pouca profundidade e propiciando o desenvolvimento de uma fauna malacológica abundante, que possibilitou esta

ocupação humana na região. A datação dos sambaquis sempre foi considerada um ponto de interesse no estudo desses sítios e, de acordo com os trabalhos de Bigarella, todos os sambaquis pesquisados em território paranaense datam do período “atual”, geologicamente denominado de Holocênico.

A presença de grande quantidade de instrumentos líticos, ósseos e artefatos confeccionados em conchas nos revelam a variedade de remanescentes culturais nos sambaquis paranaenses. Bigarella, em parceria com sua esposa Íris e com os pesquisadores Guilherme Tiburtius, Alsedo Leprevost e Arnoldo Sobanski, pesquisou e publicou trabalhos relacionados à presença de diversos elementos e objetos, dentre eles: bulas timpânicas de baleias; zoólitos (artefatos líticos com forma de animais); quebra coquinhos (instrumentos de pedra polida com pequenas concavidades aonde se encaixam sementes); pilões de pedra; lâminas de machados confeccionados em rocha e pontas de flecha.

Objetos culturais encontrados em sambaquis. Material pertencente ao acervo do Museu do Sambaqui de Joinville.



B - Zoólitos (artefatos líticos com forma de animais)



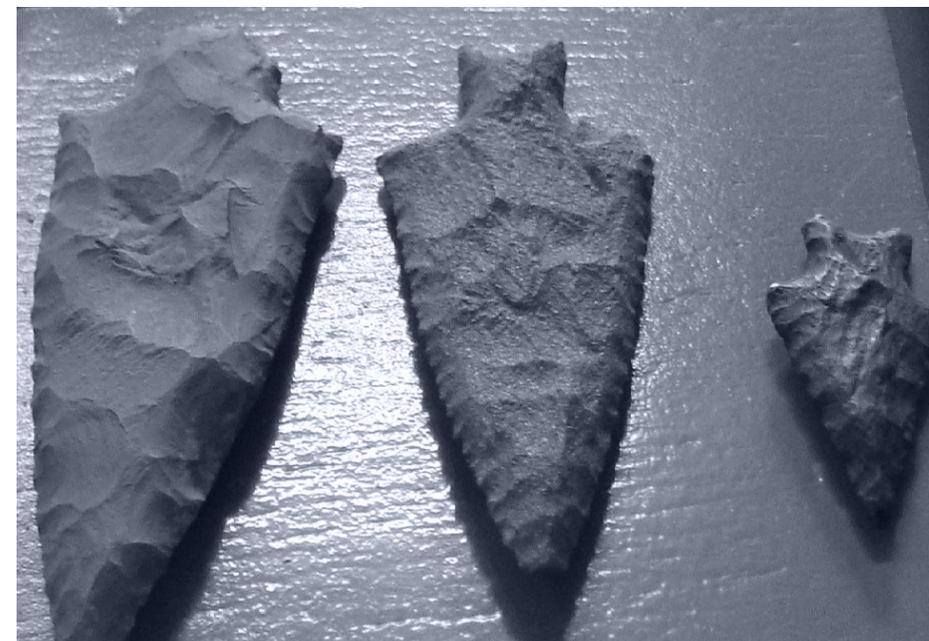
A - Bulas timpânicas de baleias



C - Quebra coquinhos (instrumentos de pedra polida com pequenas concavidades aonde se encaixam sementes)



D - Pilões de pedra



F - Pontas de flecha. Fotos: Marcos Gernet



E - Lâminas de machados confeccionados em rocha

De acordo com o professor Bigarella, os instrumentos confeccionados a partir de conchas de moluscos apresentavam inúmeras funções, dentre elas: adornos peitorais (colares), perfuradores e raspadores. Os ossos de animais, principalmente de mamíferos e aves, eram utilizados como pontas de lanças, agulhas e anzóis.

As cerâmicas também foram por inúmeras vezes localizadas em sambaquis, razão pela qual muitos pesquisadores acreditavam que essas peças eram intrínsecas à cultura sambaqueira. Entretanto, estudos recentes demonstram que os homens construtores de sambaquis não confeccionavam cerâmica. Nessa perspectiva, os fragmentos cerâmicos encontrados podem ser explicados levando em consideração que se tratavam de acampamentos provisórios de grupos ceramistas sobre sambaquis já construídos.

Os objetos encontrados nos sambaquis indicam que os grupos de caçadores e coletores que viviam nessa região possuíam uma tecnologia muito bem adaptada à coleta de moluscos, à pesca, à caça, ao corte de árvores e à confecção de utensílios de madeira e fibras vegetais.



Sepultamento pertencente ao acervo do MAE-Museu de Arqueologia de Paranaguá. Foto: Marcos Gernet.

Com relação à presença de sepultamentos, diversas pesquisas foram realizadas, principalmente no antigo Sambaqui de Matinhos e no sambaqui do Guaraguaçu, contando com o apoio dos pesquisadores José Wilson Rauth e José Loureiro Fernandes. Os dados relacionados às práticas que envolvem o ritual funerário estão sendo considerados os mais significativos para estudos dos aspectos culturais, uma vez que envolvem o sistema de crenças do grupo sambaquiiano em questão (Bley Júnior, 1976; Oliveira, 2002; Souza Filho, 2006).

As práticas funerárias desenvolvidas pelos habitantes dos sambaquis têm por característica a presença de alguns elementos específicos, dentre eles: material faunístico – moluscos, peixes, aves e mamíferos, principalmente; delimitação do espaço para receber o corpo, com rochas e conchas (Figura 04); e pela presença de mobiliário funerário como objetos diversos (Beck, 1972).



Forno de caieira do sambaqui do Guaraguaçu, balneário de Pontal do Paraná, construído no século XIX para queima de conchas para fabricação de cal.
Foto: Marcos Gernet.

De acordo com Bigarella (1951), os sepultamentos que foram estudados não apresentavam preocupação quanto à direção geográfica, identificando-se esqueletos deitados em todos os sentidos. Muitas sepulturas apresentavam-se ornadas por corante vermelho (ocre), e essa camada tingida apresentava sua maior espessura em torno do corpo. Esqueletos total ou parcialmente queimados pela ação de fogueiras também eram relativamente comuns nos sambaquis. Os sepultamentos estudados eram primários e em sua maior parte apresentavam-se em posição fletida (posição fetal).

Desde a chegada do europeu em território nacional os sambaquis são alvos de exploração intensa e consequente destruição. A princípio, até a segunda metade do século XIX, o principal objetivo era a queima das conchas para fabricação de cal. Esse material foi muito utilizado na construção de casas, que misturado a óleo de baleia formaria uma espécie de argamassa bastante resistente.

Para que fosse realizada esta queima, diversos fornos (caieiras) foram construídos em pontos estratégicos de nosso litoral (Imagem ao lado). Já na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, os principais motivos de destruição destes monumentos foram a sua utilização na pavimentação de estradas que estavam sendo abertas nos nascentes balneários paranaenses, bem como uso em larga escala diante da crescente especulação imobiliária.

CONCLUSÃO

Para impedir o completo desaparecimento destes importantes testemunhos de nossa pré-história, um grupo de pesquisadores paranaenses, entre eles o professor João José Bigarella, José Loureiro Fernandes e Fernando Correia Azevedo, trabalharam de forma intensificada para obter o máximo de informações relativas a estes sítios, fortalecendo e difundindo no cenário político nacional a importância da criação de uma lei que protegesse os sambaquis. Este objetivo foi alcançado, e a partir do ano de 1961 passou a se proteger todo e qualquer sítio arqueológico encontrado em território brasileiro.

Infelizmente, a distância entre o dever ser e a realidade é muito grande. A falta de consciência de alguns moradores e turistas, associada à falta de fiscalização e monitoramento por parte do Poder Público representam uma séria ameaça à existência desses importantes sítios arqueológicos.

É também importante lembrar que além da destruição pela ação do homem também existe a inexorável ação do tempo e de fatores ambientais diversos sobre estes sítios, e sendo isto inevitável, deve-se na medida do possível absorver ao máximo as informações científicas através de trabalhos rigorosos e criteriosos (Deblasis et. al., 2007; Gernet et. al., 2014).

Dentre as ações propostas por Bigarella para salvaguardar estas jazidas, estavam a de organizar escavações rigorosamente metodológicas, mesmo nos sítios parcialmente destruídos, possibilitando o máximo de conhecimento científico sobre estes sambaquis. Também defendia a importância de promover iniciativas de caráter turístico-cultural (criação de museus e exposições no próprio sítio), proporcionando a comunidade local conhecer um pouco de sua pré-história.

De acordo com Rauth (1968) e Prous (1999), a não preservação dos sambaquis acarretará perdas inestimáveis para o conhecimento da pré-história, além de representar um notório desrespeito e negligência à nossa memória.

Os estudos pioneiros de João José Bigarella relativo aos sambaquis do litoral paranaense serviram de base para toda uma gama de conhecimentos sobre estas jazidas. Através de suas pesquisas, percebe-se que os sambaquis paranaenses estão entre os mais conspícuos do país, sua distribuição na paisagem costeira está diretamente relacionada às características geográficas e ambientais, bem como ao período denominado "Ótimo Climático", relativos aos últimos 6000 anos antes do presente.

Em seus trabalhos de campo verificou-se também que os sambaquis acompanharam a evolução da paisagem, sendo além de um registro paleoetnográfico, um documento paleogeográfico. Seu aparecimento em nosso litoral está estreitamente ligado à fase final dos movimentos de transgressão marinha que produziram o aspecto de costa de submergência.

Seus esforços pela preservação dos sambaquis fizeram toda diferença para que nos dias de hoje ainda estejam presentes no cenário litorâneo, tornando possível às futuras gerações conhecerem mais sobre a pré-história paranaense.

A sugestão para criação de um museu sobre os sambaquis em nosso litoral deve ser contemplada, visando um trabalho de educação patrimonial atendendo as comunidades da região, que desconhecem sua própria formação quanto a grupo historicamente constituído, mostrando que a preservação destes sambaquis nos municípios litorâneos paranaenses é de extrema importância, fortalecendo suas identidades e gerando renda através do turismo histórico-arqueológico.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BECK, A. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina. Tese de Doutorado/USP. São Paulo, 280 p. 1972.

BIGARELLA, J. J. Os sambaquis na evolução da paisagem litorânea Sul-Brasileira, Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. 2, p. 63-79, 1946.

BIGARELLA, J. J. Nota prévia sobre a composição dos sambaquis do Paraná e Santa Catarina, Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. 4, p. 95-106, 1949.

BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo dos sambaquis do Estado do Paraná, regiões adjacentes às Baías de Paranaguá e Antonina, Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. 06, p. 231-292, 1951.

BIGARELLA, J. J.; TIBURTIUS, G. & SOBANSKI, A. Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina, Situação geográfica e descrição sumária, Arquivos de Biologia e Tecnologia, Curitiba, v. 09, 1954.

BIGARELLA, J. J. Matinho: homem e terra, reminiscências, 3 ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, -2009.

BLEY JÚNIOR, W. Pesquisas arqueológicas no estado do Paraná – ano de 1957 – Síntese. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, v. 30, p. 255-267, 1976.

DEBLASIS, P. A. D.; KNEIP, A.; GIANINNI, P. C.; GASPAR, M. D.; SCHEEL-YBERT, R. Sambaquis e Paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. Revista Arqueologia Sul-Americana, v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.

ESTÉVEZ, J.; PIANA, E.; SCHIAVINI, A. & JUAN-MUNS, N. Archaeological analysis of shell middens in the Beagle Channel. Tierra Del Fuego Island International, Journal of Osteoarchaeology, v. 11, p. 24-33, 2001.

FIGUTI, L. Economia/alimentação na pré-história do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 197-203, 1999.

GERNET, M., V.; BIRCKOLZ, C. J. Fauna malacológica em dois sambaquis do litoral do Estado do Paraná, Brasil. Santa Catarina, Revista Biotemas, V. 24, p. 39-49, 2011.

GERNET, M.; MELO, V.; DIECKOW, J.; LIMA, V.; SILVA, W. Genesis and occupancy of a shell midden on Paraná State coast, Brazil. Quaternary International, v. 352, p. 135-146, 2014.

GUIMARÃES, M. S. B. C. Do lixo ao luxo: As premissas teórico metodológicas e a noção de sambaqui. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 63, p. 1-23, 2003.

LIMA, T. A.; LOPEZ MAZZ, J. M. La emergencia de complejidad entre los cazadores recolectores de la costa atlántica meridional sudamericana. Revista de Arqueologia Americana, México, IPGH, v.19, p. 129-175, 1999.

LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores/coletores do litoral centro-sul brasileiro. Revista USP, v. 44, p. 270-327, 2000.

MACHADO, L.C. Análise de remanescentes ósseos humanos do sítio Corondó, RJ. Aspectos biológicos e culturais. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Instituto de Arqueologia Brasileira, Boletim – Série Monografias nº 1. 167 p. 1984.

OKUMURA, M. M. M.; EGGERS, S. The people of Jabuticabeira II: reconstruction of the way of life in a Brazilian shellmound. Homo, p. 263-281, 2005.

OLIVEIRA, J. A. História da arqueologia Paranaense: um balanço da produção arqueológica no Paraná no período de 1876-2001. Revista Diálogos, DHI/UEM, v. 06, p. 223-226, 2002.

PARMALEE, P.W. & KLIPPEL, W., E., Freshwater mussels as a prehistoric food resource. American Antiquity, v. 3, p. 421-434, 1974.

PROUS, A. Arqueologia brasileira. Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1ª ed., 605 p. 1999.

RAUTH, J. W. O sambaqui de Saquarema, S. 10. B. Curitiba: Boletim da Universidade do Paraná, Conselho de Pesquisas, 73 p. 1962.

RAUTH, J. W. O sambaqui do Gomes, S. 11. B. Curitiba: Boletim da Universidade do Paraná, Conselho de Pesquisas, 99 p. 1968.

SANTOS, A. V. Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município (1850). Vol. 1. Curitiba: Publicações de História dos Arquivos do Museu Paranaense, 61 p. 1951.

SCHEEL-YBERT, R. Man and vegetation in the Southeastern Brazil during the Late Holocene. Journal of Archaeological Science, v. 5, p. 471-480, 2001.

SIMPSON, I. A.; BARRETT, J., H., Interpretation of midden formation processes at Robert's Haven, Caithness, Scotland using thin section micromorphology. Journal of Archaeological Science v. 3, p. 543-556, 1996.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens culturais e sua proteção jurídica. 3ad. Curitiba, Juruá, 2006.

TROCCHETTO, F. B. O meio ambiente e os grupos Pré-históricos do norte da planície costeira do RS: o sítio arqueológico de Itapeva. Revista Veritas, v. 32, p. 217-229, 1987.

UCHÔA, D. P. Arqueologia de Piaçaguera e Tenório: análise de dois sítios pré-cerâmicos do litoral paulista. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, 230 p. 1973.



errâncias visuais

“o mar como fronteira ... o mar como barreira”

Fotografias e texto de
Carla Ruschmann

Neste ensaio fotográfico trato de recorrer a uma seleção de imagens realizadas ao largo de dez anos de residência, vivências e explorações. Ao mesmo tempo, a seleção está pautada em uma temática extremamente atrativa, que revela sentimentos e sensações, compartilhadas *a priori*, sobretudo, por aqueles em que seus estranhamentos (ou deslocamentos) percebem o mar como uma fronteira ou barreira natural. É possível, numa primeira suposição, que esta percepção não seja a mesma desde aqueles que utilizam o mar para transposições, ampliações e comunicações, ou até mesmo daqueles, que só conhecem o mar...

O mar como barreira física, mas não visual, permite que nosso olhar possa ir sempre além dos limites, permite sonhar, aspirar, desejar, ansiar ultrapassar. O que os olhos alcançam, mas nós como seres limitados a nossa forma física não. Umberto Eco, em *“A ilha do dia anterior”* reflete bem o sentimento nostálgico do ver e não poder tocar, do querer chegar e ser inalcançável... O mar, o além-mar, sem um meio de transposição adequado se torna muitas vezes insuperável... Mas sabemos o que nos aguarda além-mar, bem sabem os milhares de imigrantes ao atravessar o Mediterrâneo... Se traçarmos uma linha reta de Matinhos a leste chegamos à Namíbia... O que sabemos da Namíbia? Desertos de diamantes...?

Neste ensaio fotográfico, ou melhor, nesta recopilação fotográfica, trato de construir narrativas visuais a partir do tema deste monográfico, aliando uma percepção poética das imagens em conjugação com palavras soltas, na busca de construções de possíveis significados. O *“tom”* de fundo vem inspirado pela grandiosidade da palavra *“La Mar”*, como bem usam os poetas ultramar, onde a designação *“mar”* é também feminina...

Carla Ruschmann é professora da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, formada em Pintura pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, e Doutora em Belas Artes pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Granada, Espanha. Atualmente ministra aulas, sobretudo, no curso de Licenciatura em Artes, e é residente do Litoral do Paraná desde 2007.



PELES...



SUPERFÍCIES NACIONAIS CONSTRUÍDAS

WILLIAM MICHAUD



PARA MOSTRAR ALÉM MAR

PINTOU



TEMPO...

MUITO TEMPO...

FAZ TEMPO...

NOSSO TEMPO...



TUDO TEMPO...

EM TEMPO...

ATEMPO.

P A S S A D O P R E S E N T E F U T U R O





CULTURA =
ESPAÇO/TEMPO

MILENARES
OBSTÁCULOS

MAR, MONTANHA E FLORESTAS





T R A D I Ç Õ E S , E S T R A N H A M E N T O S , D I V E R S I D A D E S . . .

FINISTERRE

OS DE LÁ



OS DE CÁ



N A T U R E Z A

M O R T A



N A T U R E Z A

V I V A



POLÍTICAS DO OLVIDO



AMAR MAR AR





REDESCOBRIR O LITORAL: UMA NOVA FRONTEIRA

Texto de
Marcel Fernandes

ERA 22 DE ABRIL DE 1500

quando Cabral e suas treze caravelas, explorando o oceano em busca de novas terras, aportaram numa faixa de terra emersa. Na época, esta terra foi chamada "Ilha de Vera Cruz", depois "Terra de Vera Cruz" e, somente em 1511, enfim, chamada "Brasil".

Brasil que possui um dos maiores litorais do mundo, com aproximadamente 7.400 quilômetros banhados pelo oceano Atlântico, sem considerarmos as saliências, como mangues, dunas, baías, restingas e outras áreas.

O mar e seu litoral geralmente são vistos como um interposto entre países, pois através deles laços culturais e históricos se constroem, além das relações comerciais que sempre existirão. Porém, eles podem adquirir novos significados quando passamos a reinterpretar seus elementos e propor uma experiência subjetiva à memória cultural já consolidada.

Historicamente, a paisagem litorânea possui um lugar familiar em nossa compreensão, pois inclui as primeiras relações entre Brasil e Portugal e também as obras de grandes escritores e artistas que carregam o mar em suas mais belas criações, como Fernando Pessoa, Sophia de Mello Breyner Andresen, Cecília Meireles, Alfredo Andersen, Giuseppe Giannini Pancetti e outros.

A proposta deste ensaio é vermos o litoral com um novo olhar: ***o olhar poético.*** A paisagem marítima como um sujeito poético. Assim, poderemos dissolver fronteiras entre territórios e inaugurar novos oceanos, novas vistas, novos mundos.

Nos ensaios “Marés” da artista visual curitibana Kristiane Foltran, que produziu, entre 2011 e 2013, fotografias em diferentes situações de luz e estações do ano, nascidas na Ilha do Mel e expandidas para outros litorais, e “Kepler-186f”, do artista visual antoninense Marcel Fernandes, que através de imagens registradas no litoral paranaense nos apresenta uma trama cósmica-ficcional de uma viagem entre passado e presente. Entre o planeta Terra e seu irmão Kepler-186f podemos observar a construção de novos litorais e de novas dicções que desestabilizam nossa concepção de paisagem marítima e extrapolam nossas experiências anteriores, permitindo-nos descobrir novas paisagens no espaço-tempo.

A poeta parnanguara Marília Kubota, em seu livro Micropolis (Lumme, 2014), pontua, num de seus haicais, como a experiência de ir além, extrapolando o que nos é conhecido, enriquece nossa relação com o nosso local atual:

saio pro mundo
volto pra aldeia
a lua fica mais cheia

Esse “sair pro mundo” não necessita, necessariamente, de deslocamento físico. Podemos viajar de olhos fechados, podemos nos transportar através das artes, em geral, da filosofia, da espiritualidade, etc., para onde quisermos e nos permitirmos.

Em Micropolis, Kubota continua:

sem sair da aldeia
o mundo na palma da mão
ao encher a lua cheia

As experiências de imaginar e transformar o que nos é apresentado dependem de uma atitude interior. Acostumamo-nos a experimentar os lugares que visitamos através de relatos, imagens, correspondências e memórias alheias – o que não devemos descartar –, porém, as fronteiras podem ser suplantadas através desse olhar poético.

O litoral pode ser redescoberto através da imaginação e reinventado através de memórias e relatos ficcionais. Podemos, através da arte e sua fruição, criar nossa própria narrativa da paisagem marítima, e esta narrativa não seria uma inverdade, e, sim, um outro modo de ver e sentir o que nos cerca.

Italo Calvino, em seu livro Todas as cosmicômicas (Cia das Letras, 2007), diz que a mentira exclui a verdade apenas na aparência, pois em muitos casos, as mentiras – por exemplo, as do paciente para o psicanalista – indicam tanto conteúdo quanto a verdade ou mais; e assim será para os que estiverem interpretando a nossa mensagem.

Nas palavras da artista Kristiane Foltran: “O homem tem suas experiências sensoriais do mundo que o cerca; pode desconfiar daquilo que há diante dos seus olhos. A amplitude da natureza e do universo levam o pensamento a reflexões sobre o desconhecido e a inquietação da impossível eternidade das coisas. Entre a realidade e a imagem há uma dualidade análoga a nossa existência; o tempo todo entre equilíbrio e desequilíbrio dos nossos próprios limites que se revelam na busca constante de criar lugares de sonhos, de espaços e de novos horizontes. A imagem revela o invisível, vai além da visão objetiva, transpõe os limites para que seja visto mais do que é possível se ver – transcendência”.

MARCEL FERNANDES (Antonina, 1986) é artista visual, bacharel em Administração com Habilitação em Gestão Portuária pela Universidade Estadual do Paraná e Especialista em Organizações Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Desenvolve uma pesquisa visual sobre a relação entre realidade e ficção, passeando entre as artes visuais e a literatura. Realizou diversas exposições individuais e coletivas, tendo destaque a exposição Poesia Agora no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo; Festival de Fotografia Begira Photo, em Durango; e Artistas Emergentes de Brasil, no Espacio Menosuno, em Madrid. Atualmente está editando seu livro de fotografias “Kepler-186f” e seu livro de poemas “dimensões que o olhar alcança”.

Essa transcendência, citada por Foltran, é a ultrapassagem da realidade sensível para uma experiência superior, por meio da arte. No contexto da paisagem litorânea poderíamos pensar a fronteira marítima como metáfora para a revelação de novos espaços, seja criando novos conhecimentos geográficos e científico-naturais, como no caso das imagens de Kepler-186f, ou transpondo-os, como nas imagens do ensaio “Marés”.

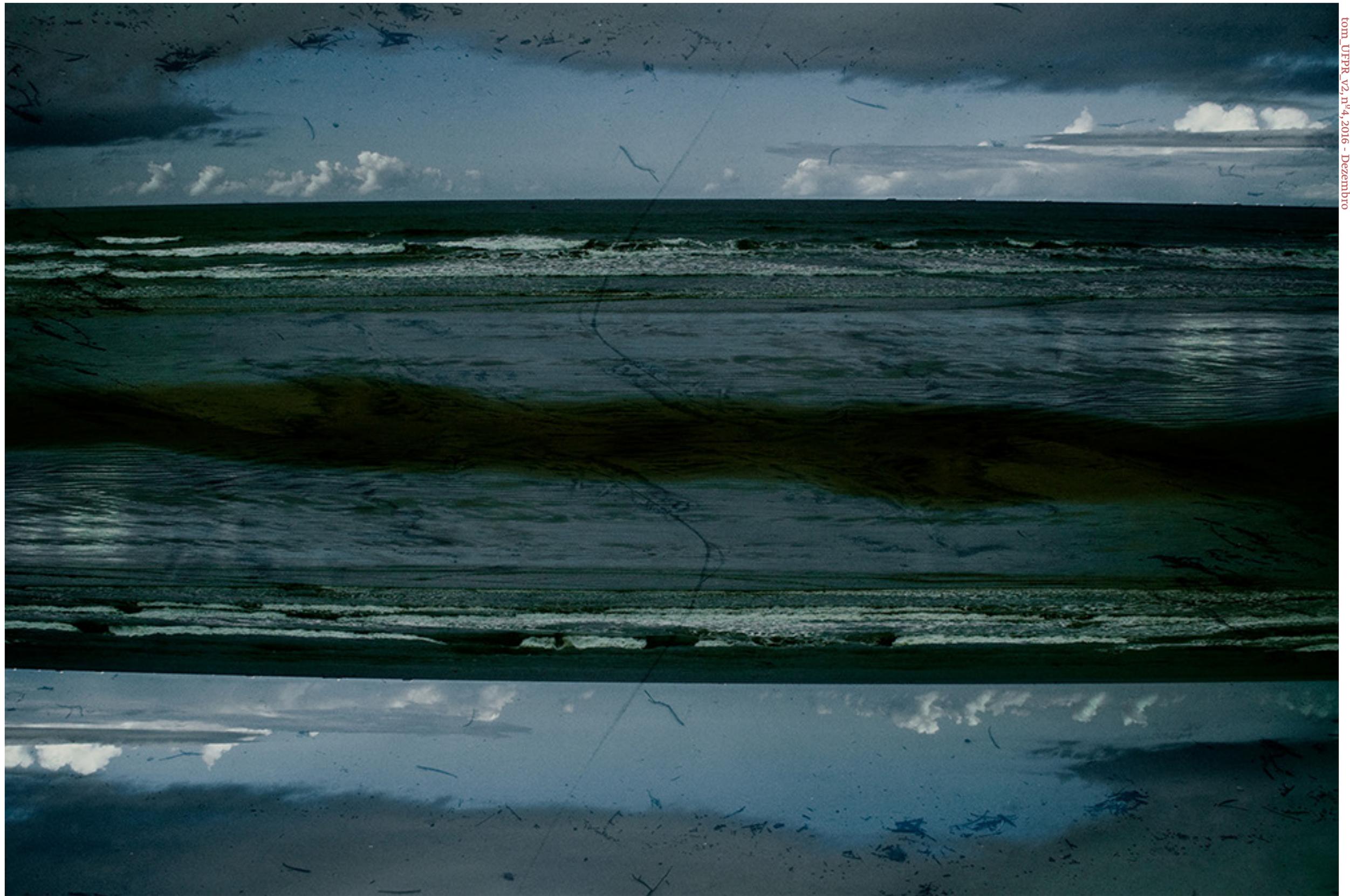
Nesta acepção, o litoral além de ser uma área fronteira, carregada de história comum entre países, onde se cruzam rotas, mercadorias, pessoas e culturas, pode ser também um espaço de tensão, com novas histórias e percepções, que terá de se relacionar com o mundo do sensível e do imagético.

Novas fronteiras se abrem. Há muito a ser explorado pela arte. Há muitas viagens e descobertas a serem feitas. Há muita terra e espécies animais, vegetais e minerais a serem conhecidas, estudadas e classificadas. O poeta Jorge de Lima grafou num de seus versos: “Há sempre um copo de mar para um homem navegar”. Para além deste verso, podemos dizer: “Há sempre um novo mar para se enxergar”.

KRISTIANE FOLTRAN (Curitiba, 1978) é artista visual e designer gráfica. Atualmente, interessa-se em formular seu trabalho com base em conceitos pós-modernos. Sua pesquisa estética tem como objetivo ressignificar as imagens que tiveram a fotografia como matriz e que, diante da fragilidade do suporte, expandem-se para além dos limites do papel, alcançando o espaço. Dentre as exposições que participou destacam-se: Salão Nacional de Fotografia Pérsio Galembeck (SP); Marés – Galeria Portfolio e Biblioteca Pública do Paraná; IN_VERSOS – Convocatória do Festival Internacional de Fotografia de Cabo Verde – África; Sem fronteiras para sem licença – Galeria Sem Licença – Centro de Arte Contemporâneo CAC – Quito, Equador; e, Jardins Fotográficos (2012) – Intervenções de Rua – Lisboa, Portugal.



“Marés”
Kristiane Foltran



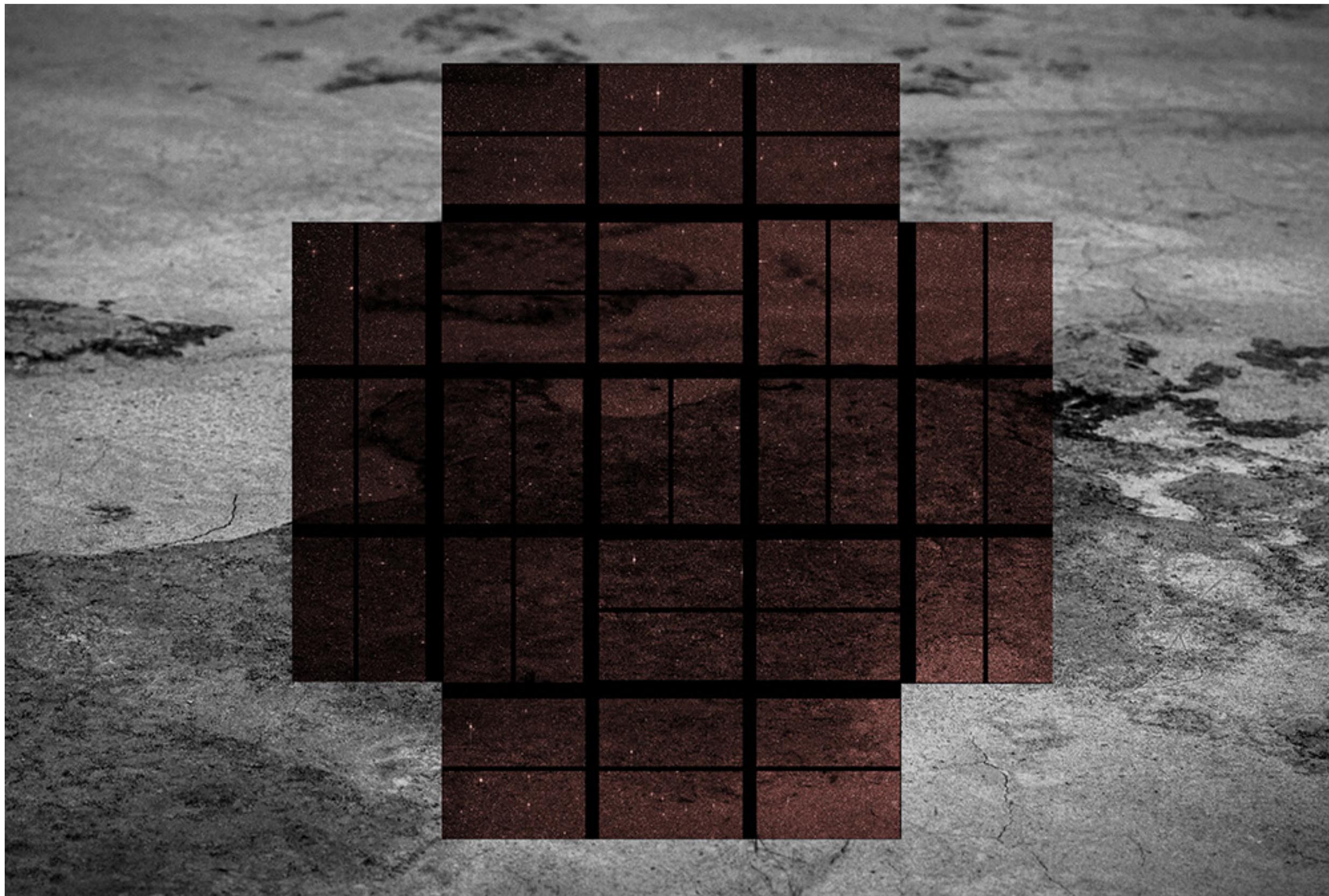








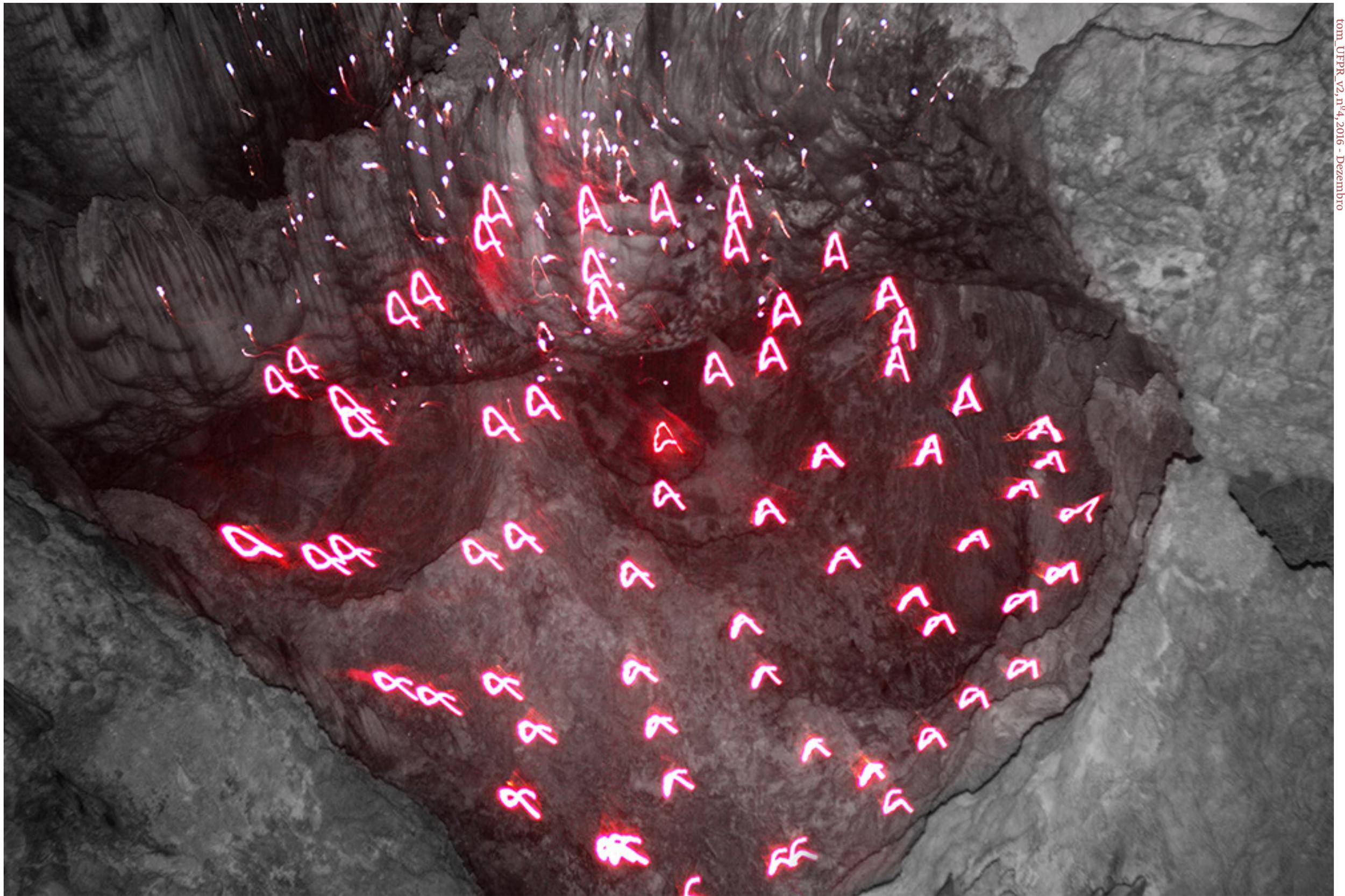


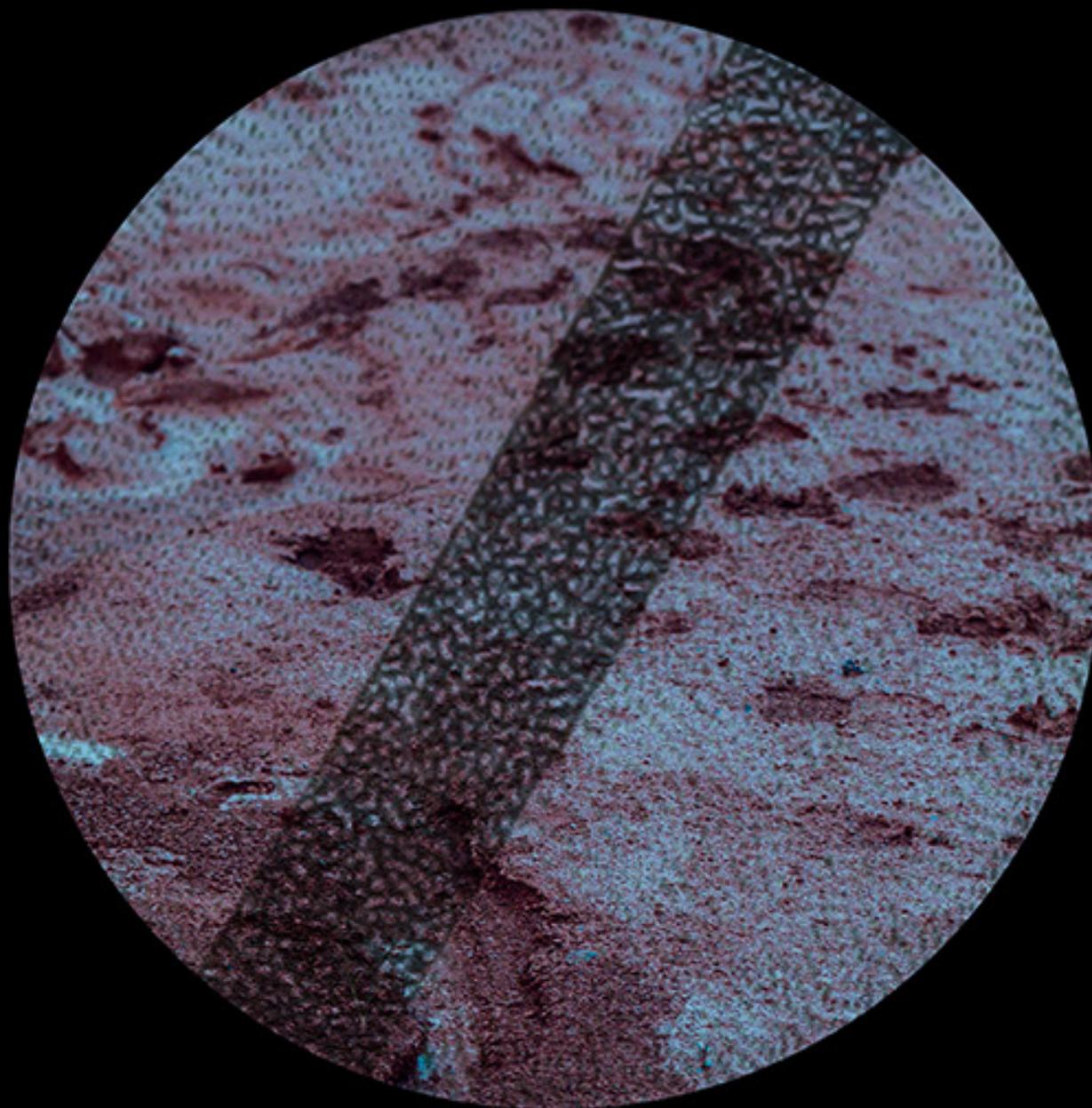


“Kepler-186f”
Marcel Fernandes















mergulho

Ma

o

com

Entrevista com

Gedivaldo de Amorim

pescador, barqueiro, caçara.

Texto de
Dafne Wandressa Salvador

Imagens
William Leal Colaço Fernandes

Um personagem que nas temporadas de verão do litoral paranaense figurava-se entre os nativos que ocupam as vagas temporárias de trabalho, mas que resolveu mudar a sua história e a da comunidade, por meio da educação.

“Nasci eu nasci na cidade, em Guaratuba, em 1982. Mas só nasci lá porque eu precisava sair da barriga da minha mãe e onde a gente morava, no Rio Preto não dava”.

Rio Preto é uma daquelas regiões do litoral paranaense, pertencente à Guaratuba, da qual os veranistas não escutam muito falar, apesar de guardar muitas belezas.

“Até os seis anos eu morei no Rio Preto. A gente precisou mudar para Parati, comunidade vizinha, para poder ir para a escola. Foi na Escola Rural Municipal de Parati, que tinha aulas até a quarta série, que eu e meus três irmãos terminamos o ensino básico. Era o que tinha para a época. Essa foi, por um bom tempo, a minha escolaridade”.



Parati, em Guaratuba, é uma região com fauna e flora riquíssimas, com mata aberta e fechada e, não à toa, é reserva natural preservada por meio da implantação do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. As águas do rio Parati formam piscinas naturais e espetáculos como o Salto do Parati. A área, isolada, é acessada somente por barcos, num trajeto que dura cerca de 40 minutos.



Gedivaldo conhece muito bem o caminho do rio, aliás. É um dos cinco barqueiros que fazem a travessia dos moradores e turistas que querem conhecer a região

“Todos os dias eu acordo às 4h30 da manhã, ajudo minhas filhas a se arrumarem, pegamos o barco e vamos até a outra margem. Lá o ônibus as espera para irem até a escola, porque a escola que eu estudei, hoje não funciona mais. Eu, inclusive, estou tentando ver, em um dos projetos que desenvolvo na universidade, como fazemos para reativar o colégio. Depois de levar elas, volto para a comunidade, trabalho e às 16h30 pego as meninas do outro lado do rio”.

Todas as oportunidades hoje se encontram do outro lado da margem. Por isso, Gedivaldo resolveu mudar essa realidade.

“Eu trabalhava toda temporada na área urbana, atendendo aos turistas, mas comecei a ver que não era o que eu queria para minha vida. Eu me esforçava muito e não era valorizado. As pessoas não tratavam a gente bem. Resolvi, depois de terminar o meu supletivo, trabalhar com meus pais, ajudando na comunidade, porque ali eu era valorizado. Um dia o seu Alfredo, líder da comunidade, levou um pessoal falar com a gente, eram da universidade, eles explicaram como funcionava, o que precisava e eu resolvi tentar. Hoje sou aluno do Curso de Licenciatura de Educação do Campo”.

Na universidade, *“Às vezes a gente não entende bem as palavras. Têm umas que são difíceis da gente pegar na hora, mas com o tempo acostuma. É o jeito bonito de falar e também é um jeito que dá nomes diferentes para coisas que a gente já conhecia. A gente tem o conhecimento da prática e a sala de aula nos ensina o porquê das coisas serem como são”*.

É apenas o primeiro ano de Gedivaldo na universidade. *“Está bem difícil agora. A gente trabalha, tem a família, mas sempre tem um jeito para dar conta de tudo, de fazer os trabalhos e as pesquisas”*.

Dividindo-se entre a casa, a família, a universidade e o trabalho o estudante diz saber que o esforço vale a pena.

“Eu faço isso não só por mim e minhas filhas, mas também pela comunidade. Eu sei que lá na frente vai ser mais puxado ainda, porque eu pretendo virar professor na comunidade e repassar o que eu estou aprendendo, então terei mais atividades ainda. Mas vale a pena.

A UFPR tem me proporcionado várias oportunidades, como por exemplo, o **PROJETO DE EXTENSÃO** que tem como objetivo melhorar e estruturar o turismo da Baía de Guaratuba. Estamos sendo preparados para ter um negócio sustentável”.



Sustentabilidade, aliás, é um termo recorrente na fala de Gedivaldo.

“A maior riqueza que temos é poder viver em contato com a natureza. A gente não está lá para destruir. Estamos convivendo com o ambiente e por isso, mais do que nunca, precisamos cuidar para que consigamos conviver em harmonia”.

Not as Dissonant as

A LUA DO DIA

Não foi fácil tentar te esquecer
me esqueci que quem tenta sobreviver
é sempre aquele que tem mais a sofrer.

Não foi fácil tentar me encontrar
encontrava-me, sempre, pensando em você...
É, nem sempre aquele que encontra perdeu.

Perco o tempo, o tempo voa
vou à toa, por aí, atrás de mim...
quem sabe, um dia, eu possa retornar
e sem sentir a lua do dia
ver que nunca, na verdade eu partil!

Chico Farro

Praia de Otero, Betel
Principado de Prainha, Cabaraquara,
Barra do Saí e Algarve.

quando
o mar
bateu à sombra
do azulejo,
era a fronteira do mundo, talvez,
as histórias de pescador

ali pescavam
baleias,
clareira,
a unidade latinoamericana do
naufrágio,
todos os mapas
do acidente
com a disposição dos veranistas até
a Ilha de Superagüi

[caçam os índios, cartografia, palpitação da onda,
roda, flutua pelo cais,
despiu-se entre os meninos e os peixes,
antropologia-coral-caicará]

ou seja
a sede do peixe,
então à praia brava,
mansa-portuguesa,
Paranaguá de Lévi-Strauss,
Guaraqueçaba e as conchas
atravessando, seguindo,
os lugares também adoecem,
paisagem, mar também é saudade,
no me gusta mirar el océano,
que pierdo interés en la tierra
é traduzir-se, azul-azulejo
, onde é que vamos?

Bárbara Tanaka

D
E
S
A
J
E
I
T
A
D
O

Talvez precipitado,
meu poema de amor
uma nova canção
talvez o canto da solidão
talvez a falta de calor
de um maior abandonado!

Meu poema de amor
vem da alma, vem do sabor
da ventania e da tempestade
Arrasa campos e cidades,
traz no surrão
a mais pura emoção!

Não, meu poema de amor
é só mais um sol e uma lua
é o desejo de andar pela rua
sem a companhia do pudor
É o desejo de desejar você
sem saber a razão e o porque!

O meu poema de amor é nosso
É meu, é seu, é dele, é dela...
É a luta renhida e é o ócio!
É o candomblé e a capela...
O som, a cor, a paisagem da janela
O espelho.. é a trincada e a vela!

O meu poema de amor
Simplesmente é
e não precisa ser mais que isso.
Não por humildade, mas por cafuné!
É um amor por inteiro, maciço!
E talvez, por isso, por ser somente amor
Não exige, não prende e nem dá o amor.

Pois amor que amor é!
É simples assim e fim!
Sei que não rimou, e daí?
Amor é sempre assim:
Rima beijo com queijo
Eu com você
E você rima comigo!

Chico Farro

T
U
D
O
C
O
M
O
D
A
N
T
E
S
N
O
Q
U
A
R
T
E
L
D
E
A
B
R
A
N
T
E
S

O tempo passa ligeiro
Passageiro dessa agonia
Que chamamos vida!
Toda alegria se desfaz
No instante que ficou atrás
Todo sofrimento futuro
Inexiste, ainda que puro!
É... o tempo passa...
Como o bonde, como o trem
Quem não vai, não vem
Até a uva, sem graça, passa!
É, esse tempo sem raça
Desgraça do novo, parceiro do velho
É feijão podre na panela
É semente infecunda na lavoura
É a tesoura no vestido rendado
Da moça da janela
Que de tanto ver a banda passar
Passou no tempo sem se notar.
É! Tudo na vida passa no bojo do tempo
Que passa ligeiro e não olha pra trás.
Mas olhar pra que , meu rapaz?
Se tudo é igual como dantes
Se tudo se repete logo adiante!

Chico Farro

A nau identitária do nosso litoral

Texto e Poesia de Bruna Emanuela Vacelkoski,
Acadêmica de Produção Cênica da UFPR.

Não sou escritora, nem tampouco poeta, contudo, falar do mar me desperta, meio que involuntariamente, uma sensação de dispor palavras em verso, compondo linhas melódicas, arranjando cada verso em confluência ao ritmo das águas que vêm e que vão descompondo qualquer desarmonia, colocando-me num estado de sinestesia. Desse modo, permitindo-me deixar levar por esse compasso, não me prenderei em clichês, tentarei ir afora, ao longe, mais adiante, em frente, além... Além desse mar. Além dessa fronteira. Além desse vai e vem de ondas. Busco colocar, ao menos, um pedacinho de terra daquilo que o litoral paranaense, tão exuberante em seus contornos, predicados e culturalidades nos oferece tão modestamente, mas tão ricamente.

A região litorânea do Paraná dispõe, apesar de sua pequena extensão, de uma acentuada diversidade natural e cultural que cunha seu grande potencial turístico. Somos contemplados com uma deleitável beleza, a qual transcorre por cada vertente, que ecoa cantos por cada canto, que exala o frescor do verde em cada serra, que, majestosa, avança pelas baías, que esboça a leveza e plenitude em cada praia e que aporta um emaranhado de graça e sentido em cada ilha, configurando o maior remanescente contínuo da Mata Atlântica do

país. Observar o voo sincronizado das gaivotas e atobás sobre as ondas é um privilégio de poucos, e desse pouco, fazemos parte.

Os suntuosos e honoráveis centros históricos de Antonina, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá, berços do período inicial de desenvolvimento do estado, são característicos da organização arquitetônica colonial portuguesa no Brasil, destacando-se entre seus portos, vilas e freguesias. Arraigam-se a fé e a devoção, contempladas pelo Santuário de Nossa Senhora do Rocio. Consagram-se caminhos sem igual. Vias estas que percorrem a engenhosidade da construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba; que desbrava o Caminho de Itupava, trilha esta que imprime em cada pedra um marco histórico da construção do estado; que transita pela venturosa e eleita uma das mais belas do Brasil Estrada da Graciosa, a qual nos encanta com a diversidade de sua flora, atravessando o trecho da Mata Atlântica mais preservado do país. Em sua história, o Porto de Paranaguá configurou-se como uma das principais portas de entrada para os primeiros povoadores do Paraná, e, hoje, como um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo. Da riqueza de cada uma dessas edificações, singularizam-se os traços simbólicos de nossa história.

A copiosa heterogeneidade étnica nos concebe uma infinidade de poéticos atrativos culturais, tanto materiais quanto imateriais, que fulguram festejos religiosos, festas gastronômicas, manifestações artístico culturais, presentes até hoje em sua cultura popular, sedimentando a história de formação da região litorânea. Na gastronomia, exalta-se o barreado, que por todos sai falado. Cachaça de banana, cataia e Mãe Ca Fia deslumbram os apreciadores do Fandango e os curiosos que provam seu ardor e se enlevam com seu sabor.

A essência do mar está impregnada em cada celebração, em cada detalhe e, acima de tudo, em cada memória. Sua essência inspira cada comunidade, inspira cada bailado, delinea cada emoção, do Fandango Caiçara ao Carnaval de Antonina e ao Boi de Mamão. O primeiro definido como expressão musical-coreográfica-poética festiva, onde os batidos e bailados esboçam um espaço de reciprocidade, de dar, receber e retribuir, efetivando redes de trocas e diálogos entre gerações, marcado pelas dimensões familiares e relações de vizinhança e compadrio. Ao segundo atribui-se o grau de maior popularidade entre os Carnavais de todo o estado, o qual é carregado de história e tradições, como o Boi de Mamão, folguedo que envolve canto e dança em torno da morte e ressurreição do boi simbolizado na Bernúncia.

Em verso materializado, além de todo o aparato das construções históricas que nos inferem grande valor cultural, contamos, também, com o artesanato da região, peculiar nos traços de cada etnia. Em particular, com este tenho um contato mais direto, pois estou tendo a grata oportunidade de estar junto à comunidade Kuaray Haxa, da etnia Mbya-Guarani, no processo de desenvolver comercialmente o artesanato da aldeia, sendo esta uma das principais atividades de subsistência desta comunidade. O trabalho sublima-se pelo olhar de cada criança da aldeia e pelos esforços de cada um dos integrantes dela que lutam em manter viva a cultura que carregam.

A intenção não foi elaborar um guia turístico mais convidativo, em suma, busquei transpor o gostinho único e agradável da bala de banana, da ardência suavizada pelo sabor singular da popular cataia, das melodias que nos colocam em movimento pelo acalanto das rabecas, no frescor de todo verde a azul que caracteriza nosso litoral. Busquei inferir aos flancos do nosso mar uma continuação, ou melhor, uma contemplação de tudo aquilo que nos cabe enquanto história, memória e identidade. Que pinta a tela paranaense em suas mais diversas impressões.

Por fim, faço um jogo de palavras que para mim reforçam a ideia inicial de poesia, não que façam sentido para todos, mas que acredito que devam ser lançadas ao horizonte desse texto, adjacente a tudo aquilo que o MAR em sua supremacia nos presta:

Conexão. In(Ex)trospecção.

Sustentação / Fluidez. Encorajamento.

Ritmo renovado.

Leveza de espírito.

Desdobramentos

Deslocamentos.

Constâncias e também,

porque não Inconstâncias? Lendas.

Fluxo inerente de ideias, devaneios e ensejos.

Ligeireza. Linguagens soltas.

Jazido.

Nos torna discípulos

de sua plenitude. Canção inscrita em ondas.

Poesia desmedida...

Bárbara Tanaka – Estudante do Curso de Comunicação.

Por dentro da EXPOSSIC

Texto de **Lucas Araujo Politano**
Estudante de Design de Produto - UFPR

Visitar uma exposição é uma vivência estimulante, mesmo quando ela não te toca de modo intenso, ao menos algo é acrescentado ao seu saber. Agora, já pensou em como ela é montada? Pois bem, vou lhes contar brevemente como esta experiência de troca aconteceu para mim no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), inaugurado em 1963, localizado no município de Paranaguá.

A princípio este processo envolveu um grupo multidisciplinar de historiadores, artistas, artesãos, antropólogas, sociólogas, administradores, museólogas, designers e demais pessoas que se organizaram em torno do tema da exposição, baseado nisso é que se buscaram formas para desenvolvê-lo, ressalto aqui como é interessante esse momento, pois foi onde mais aprendi a respeito da riqueza cultural, além de como trabalhar com uma equipe diversificada.

Tendo em mãos toda essa pesquisa de documentos, peças e falas é que se pensou no melhor modo de apresentá-la. Nessa etapa, a parte orçamental é um ponto estratégico, pois é quando se define o que será realizado e o que será modificado com o mínimo de impacto à ideia do projeto, além de com o cuidado e manutenção das peças, expositores e local. É aqui que se buscam soluções, às vezes, menos industriais e mais artesanais, contribuindo para a construção de um espaço por meio da cenografia.

O curioso de todo esse trabalho é como analisar se ele deu certo ou não, que é simplesmente conversando com o público, pois é aí que se entende se a acessibilidade, o fluxo e o entendimento da informação funcionaram como o esperado. Assim, quando vocês visitarem o MAE deixem também suas contribuições.

Texto de Marcelo Hoff
Designer Gráfico

O MAE, Museu de Arqueologia e Etnologia, é um espaço expositivo que hoje pertence à UFPR, mas já abrigou diversas instituições diferentes desde o século XVIII, como um colégio jesuíta, a alftândega, serviu como posto para o exército, entre outras. Possui uma construção singular, tombada, com grande valor histórico para a cidade de Paranaguá, sua sede, à universidade e todo o país.

Durante minha graduação, entre 2014 e 2015, tive a oportunidade de participar como bolsista de um projeto de extensão na equipe de produção cultural do museu, uma equipe multidisciplinar, que contava com alunos de diversos cursos, como ciências sociais, história, produção musical, design de produto e design gráfico (meu caso), além de mestres e professores com atuação destacada nas áreas de museologia, arqueologia, cultura popular, curadoria e desenvolvimento de exposições. Nesse ambiente tive minha maior oportunidade de aplicar processos de pesquisa e análise, criação e validação com que entramos em contato durante a universidade, mas que raramente são aplicados em um ambiente de trabalho puramente comercial, onde prazos curtos e a receita final têm mais valor do que o projeto como um todo.

Lá estive envolvido em um projeto bem amplo, com início em 2010, intitulado “Assim Vivem Os Homens” (AVOH) e que se estendeu até o final de 2015. Sob este título desenvolveu-se uma proposta expográfica de todo o acervo do museu, composto majoritariamente por artefatos coletados em pesquisas arqueológicas e etnográficas no Paraná, com foco na divulgação e valorização destes, na educação patrimonial e inclusão através do uso da tecnologia. Atuando como designer gráfico estive a cargo de gerar a identidade visual para a exposição, bem como dos materiais gráficos relativos a ela, como guias impressos, placas, legendas e descritivos para as salas e peças expostas. Para isso, tive que observar os elementos e requisitos já estuda-

dos pelas equipes anteriores, conhecer o ambiente e suas características, peculiaridades e limitações – suas paredes rústicas, feitas de areia, conchas e pedras, que não podem ser perfuradas, o clima úmido da cidade portuária, que facilita o surgimento de fungos, entre outras coisas – para que, após absorvidos e filtrados, resultassem em um conceito que integrasse todos os aspectos da exposição em um sistema unificado de identidade, informação e de localização.

Contraste, modularidade e diferentes perspectivas: sob esses aspectos se desenvolveu a “AVOH”, guiando o público pelos traços mais relevantes e marcantes que a história de Paranaguá e da região contemplam, enfatizando tanto o macro quando o micro destes artefatos e do prédio em si, uma das peças mais valiosas do acervo. Um projeto muito rico e bonito de se fazer parte, onde o resultado não poderia ser previsto, uma consequência de um longo processo holístico, onde o prático e o teórico, o intuitivo e o científico se encontram em prol da propagação cultural e em retribuição à sociedade, por parte da universidade.

Esse contato com outras áreas, além do trabalho de campo e em equipe lá realizados, possibilitou uma ampliação do meu campo de visão do design como área de atuação e como ferramenta de transmissão de ideias, valor e conceito, bem como seu caráter social, que pode ser muito mais estimulado e expandir nosso nicho profissional, em contrapartida de sua aplicação estritamente mercadológica, tão saturada e rotativa, mas que ao mesmo tempo atrai e aprisiona tantas mentes criativas.

Texto de Tiago Volpato
Designer de Produto

O projeto do mobiliário teve como conceitos base o contraste e a modularidade. Contraste como forma de distanciamento em relação à arquitetura do edifício que abriga o MAE; e modularidade como forma de aproveitamento do espaço e otimização da produção.

A definição destes conceitos antecedeu o início do trabalho dos bolsistas de design, de modo a direcioná-lo. A partir da entrada dos bolsistas, o trabalho foi realizado diariamente na reserva técnica do MAE, com intensa colaboração entre as equipes de design e de curadoria, compostas por professores, alunos dos cursos de ciências sociais e design e servidores técnico-administrativos. No primeiro ano, do qual participei, desenvolveu-se o projeto conceitual do mobiliário, com definição de medidas e estruturas para dar início ao processo de licitação.

Primeiramente, realizou-se uma pesquisa organizada em duas frentes – visita e análise de (1) sede do MAE em Paranaguá, e (2) de exposições similares – e, depois, deu-se início ao trabalho de desenvolvimento dos conceitos em alternativas de mobiliário.

Para este desenvolvimento, foram trazidas referências visuais de influência modernista cuja regularidade de formas e materiais industriais se contrapõe à irregularidade e aos materiais naturais da arquitetura do edifício. Projetos como a reforma da Pinacoteca de São Paulo, do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, demonstram tal contraste na prática.

Isso se reflete na opção definida pela equipe, que tem como base um módulo cúbico em MDF, vazado na frente e atrás, de forma que, quando observado de frente, o desenho torna-se discreto, como uma moldura, destacando as peças em exposição. Parte dos módulos encontra-se apoiada sobre pés metálicos, que os distanciam do chão e das paredes, deixando espaço para a circulação do ar, e variam sua altura em meio módulo, diversificando as composições em conjunto. Além da diferença de materiais, linhas de luz e sombra criadas pela distância entre eles contribuem para tornar mais definido o desenho do móvel. Com diferentes revestimentos no MDF também é possível diferenciar os módulos a cada área da exposição.



Texto de Fernanda Lopes
Estudante de Letras UFPR

Sempre me senti muito urbana, obrigada. E é até curioso como a vida tira as coisas da gente do lugar: acabei vivendo no litoral argentino e, às vezes, alguma coisa vem e atíça a memória daquelas noites que começavam tarde. Não precisa ser nada elaborado, não, longe disso.

E, veja só, do outro lado do charco, o Candombe e a praia que não tem final são grandes demais para este álbum, dizem que ela vai dar aqui no Brasil. Sim, ela muda de nome várias vezes e demorei muito para chegar, e que bom que a vida tira a gente do lugar.

No primeiro dia que participei das atividades do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR aconteceu uma reunião em Paranaguá no Museu de Arqueologia e Etnologia, o MAE. Formamos um círculo gigante de cadeiras, e era meio inevitável deixar de reparar na expressão de cada um ali – curiosidade, nervosismo, concentração – e de pensar que essas talvez fossem a minha própria cara, até que os rostos ganharam vozes, e cada um falou, e escutou e falou de novo. Digo que escutar das vivências, das tradições, das histórias e memórias, das práticas artísticas das comunidades tradicionais do litoral atinge a gente, mas explicar essa refração é tão complexo! Posso escolher uma parte e tratar dela, talvez como estudante de letras, como mulher, como professora, como curitibana. Naquele dia, voltei em silêncio no ônibus, um pouco cansada, e também voltaram algumas das pessoas que sentaram na roda mais cedo. Outras ficaram para visitar família e amigos, outras voltaram a outros lugares.

Fiquei pensando se é a vida que tira a gente do lugar, ou se é a gente que não vê bem os lugares. Na verdade, ainda penso.



ar!

Pá
s
s
a
m
a
s
i
a
s

PRIMERAS NOTAS

Equipo TOM#4

La revista **TOM#4** es resultado de un desafío más para el equipo de Coordinación de Cultura y busca garantizar la participación de otros sectores y unidades de la UFPR a en la proposición de perspectivas diversas, ubicadas y relacionadas al ámbito local, abordando temas que tienen que ver con lo artístico y lo cultural.

De esta manera, formamos parte de un proyecto más amplio, que tiene como premisa entender el arte y la cultura como medio para darle fuerza y condiciones a la consolidación de derechos como la igualdad, la diversidad y la ciudadanía. Un proyecto que es símbolo de trabajo colectivo, de solidaridad y de gratitud: *"Mutirão, mais cultura UFPR"*.

Esta edición cuenta con la curaduría de un equipo de técnicos del Sector Litoral de la UFPR, que propusieron como eje temático para el Cuaderno el Mar. Aquél que ven como frontera, pero también barrera. Al proponer el desplazamiento físico al Litoral, tenemos el compromiso con la errancia no solo visual, sino también física. Buscamos movernos a nosotros y también a los lectores y lectoras para que, en este movimiento, podamos descubrir otros textos, imágenes, lectores y lectoras.

La propuesta del equipo de curadores – las fronteras y las barreras – ha provocado desplazamientos en el proceso de pensar, producir y ejecutar este número. Entre muchos, resaltamos el trabajo con un equipo de curadores, que actuaron en consonancia al equipo **TOM**, más allá de la distancia, desencuentros de comunicación, imposibilidad de reuniones más intensas; además de los tiempos para la organización y encaminamientos negociados de acuerdo con los ritmos de los equipos y colaboradores, estableciendo otros calendarios.

Nos percatamos de que la experiencia de los números anteriores se desconstruyó totalmente, y la novedad que llegaría a nuestras playas trajo la oportunidad de cambiar de atmosfera, las maneras de construir el diseño editorial del Cuaderno. Este número tiene ilustraciones y grabados realizados especialmente para las páginas del **TOM** que van a ser **MAR**.

Ahora, con la calma de quien hizo el primer viaje, ¡podemos decir que valió la pena! Valieron la pena los encuentros y desencuentros, las horas de conversación y cambios, los mensajes hallados y perdidos, el tiempo de espera y el tiempo de caminata.

Estamos seguros de que ponernos en movimiento y en dialogo nos ha movilizado y ha despertado el deseo de ir al encuentro de otros compañeros de viaje, y en ellos contar, registrar e imaginar otros territorios, paisajes y cuadernos.

Luego de aceptar la curaduría de esta edición del **TOM Cuaderno de Ensayos #4**, no dudamos en que el tema elegido debería ser el litoral paranaense y sus nuanzas culturales, ambientales, políticas y económicas. El próximo paso, tan importante como el anterior, fue consensurar el mote que se les presentaría a los autores invitados para sulevar sus producciones. Las ideas, igual que las olas, vinieron y se fueron, y de este movimiento surgió la propuesta “El mar como frontera, el mar como barrera”, con la intención de provocar los autores invitados a la expresión de sus miradas sobre la diversidad de territorios que componen las ciudades de la región, sobre todo hacia regiones donde los contrastes exponen al mismo tiempo historia, actualidad y que tienen el amar como elemento articulador.

De esta manera, se les propuso la construcción de textos desde una visión singular sobre algunos aspectos que diferencian el territorio del litoral. Por una parte, hubo una provocación para que mostraran, reflexionaran y problematizaran aspectos del color local e iniciativas culturales del litoral paranaense; por otra parte, una invitación a homenajear la naturaleza, las particularidades, los trazos y tradiciones del litoral de Paraná a través de textos verbales y visuales.

Por ello, se hizo posible registrar la expresión de artistas locales al lado de la mirada de académicos que en su cotidiano vivieron el litoral paranaense. De este modo, se quiso mostrar una parte del mosaico de culturas, formas de vida y potencialidades económicas de la región, donde se pueden hallar algunas de las principales reservas naturales del país, al lado de centros urbanos, balnearios de veraneo, pueblos, comunidades tradicionales y quilombos. Los ensayos que se presentan en esta edición forman una pequeña cartografía del litoral paranaense, que busca menos la exactitud y más la autenticidad.

La curaduría fue hecha por una comisión vinculada a la Sección de Comunicación del Setor Litoral de la UFPR, formada por Aline de Oliveira Golçalvez, Dafne Salvador, Maurício de Souza, Luiz Eduardo Geraa y la invitada Etienne Vaccarelli.

Antes de terminar esta Presentación, agradecemos a la Coordinadora de Cultura del Pro Rectorado de Extensión y Cultura de la Universidad Federal de Paraná (Proec), a la Pro Rectora de Extensión y Cultura, Deise Cristina de Lima Picanço, al Editor del TOM Cuaderno de Ensayos, profesor Ronaldo de Oliveira Corrêa, a la Coordinadora Editorial, Patricia Guilherme Salles y a todo el equipo de la Proec involucrado en la editoración de este número.

También expresamos nuestra gratitud a los que contribuyeron para la realización de esta edición: alumnos, docentes, investigadores, artistas y todos los miembros de la comunidad académica de la UFPR Litoral que aceptaron la invitación para lanzar, cada uno a su manera, verbos, miradas, sentimientos y emociones que quizás traduzcan – aunque desde recortes – qué es y cómo es ser, estar y vivir del y en el litoral de Paraná.

Les invitamos a todos ustedes a que naveguen con nosotros en esta embarcación llamada TOM por el litoral de Paraná y recorrer aguas de reflexiones y sensibilidades.

¡Buen viaje!

Equipo de Curaduría

Presentación



Título TOM UFPR

imagens Eduardo Zmievski (bolsista)

revisão de texto Rebeca Pinheiro Queluz

traduções (espanhol) Fernanda Lopes (bolsista)

projeto gráfico Eduardo Zmievski (bolsista)

SUPERVISÃO E PRODUÇÃO

editorial Ronaldo Corrêa

editoração eletrônica Eduardo Zmievski (bolsista)

formato 700 x 990 px

tipografia Greta Display & Fedra Sans

número de páginas 188

periodicidade semestral

ISSN 2448-136X

O TOM UFPR é uma publicação desenvolvida por estudantes bolsistas sob a orientação de professores do curso de Design da UFPR em colaboração com a equipe da Coordenadoria de Cultura - PROEC.



UFPR
Litoral
Pós-graduação em Extensão e Cultura

